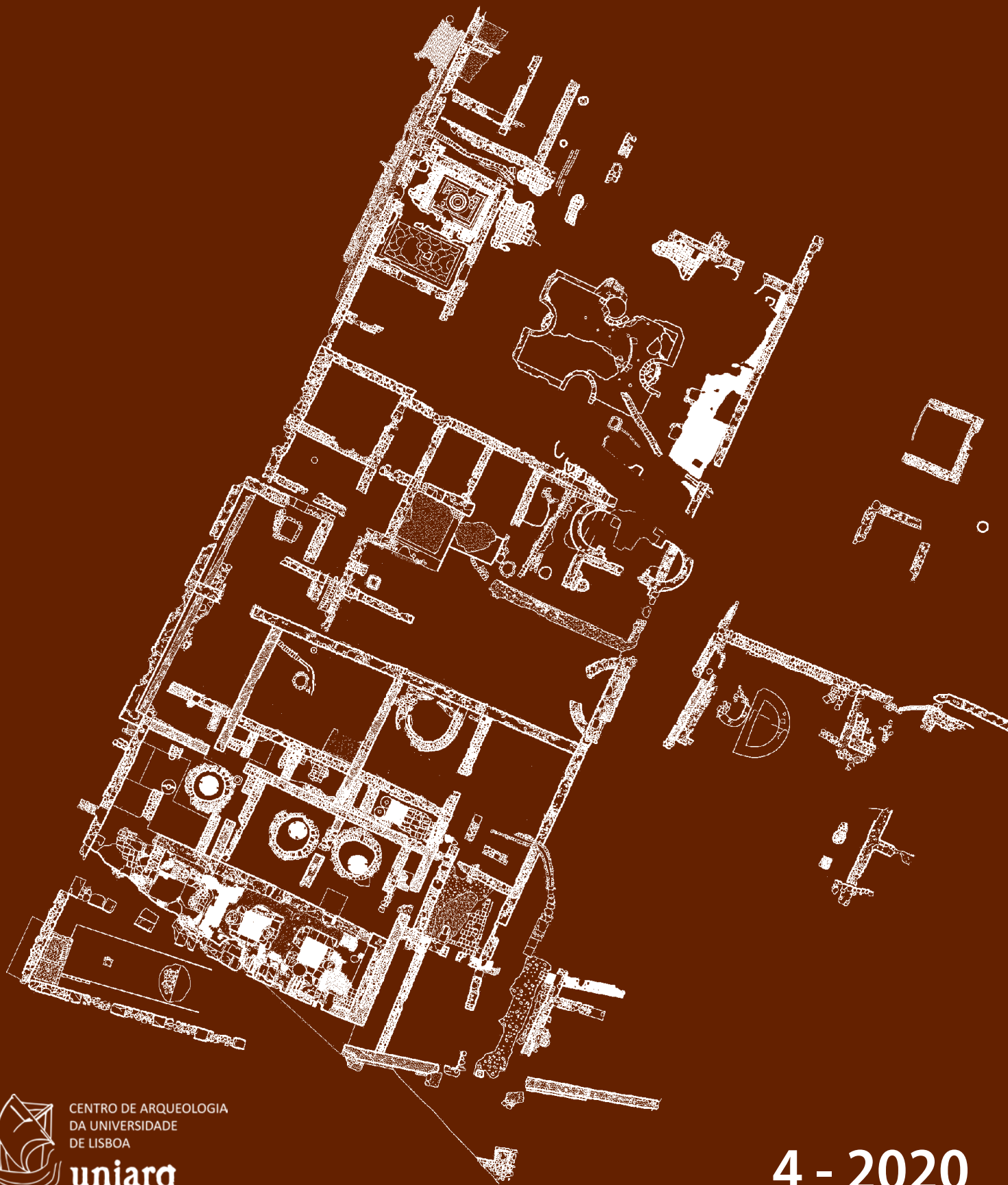


OPHIUSSA

REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

ISSN 1645-653X
E-ISSN 2184-173X



OPHIUSSA

REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



OPHIUSSA REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

PUBLICAÇÃO ANUAL · ISSN 1645-653X · E-ISSN 2184-173X

Volume 4 - 2020

DIRECÇÃO E COORDENAÇÃO EDITORIAL

Ana Catarina Sousa

Elisa Sousa

CONSELHO CIENTÍFICO

André Teixeira

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Carlos Fabião

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Catarina Viegas

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Gloria Mora

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE MADRID

Grégor Marchand

CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE

João Pedro Bernardes

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

José Remesal

UNIVERSIDADE DE BARCELONA

Leonor Rocha

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Manuela Martins

UNIVERSIDADE DO MINHO

Maria Barroso Gonçalves

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA)

Mariana Diniz

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Raquel Vilaça

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Victor S. Gonçalves

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Xavier Terradas Battle

CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS

SECRETARIADO

André Pereira

CAPA

Julia Rodríguez Aguilera

(Gespada al Andalus)

REVISOR DE ESTILO

Francisco B. Gomes

PAGINAÇÃO

TVM Designers

IMPRESSÃO

AGIR – Produções Gráficas

DATA DE IMPRESSÃO

Dezembro de 2020

EDIÇÃO IMPRESSA (PRETO E BRANCO)

300 exemplares

EDIÇÃO DIGITAL (A CORES)www.ophiussa.lettras.ulisboa.pt

ISSN 1645-653X / E-ISSN 2184-173X

DEPÓSITO LEGAL 190404/03

Copyright © 2020, os autores

EDIÇÃO

UNIARQ – Centro de Arqueologia

da Universidade de Lisboa,

Faculdade de Letras de Lisboa

1600-214 Lisboa.

www.uniarq.netwww.ophiussa.lettras.ulisboa.ptuniarq@lettras.ulisboa.pt

Revista fundada por Victor S. Gonçalves (1996).

O cumprimento do acordo ortográfico de 1990 foi opção de cada autor.

Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto UIDB/00698/2020.

ÍNDICE

The megalithic clusters of Deserto and Barrocal das Freiras (Montemor-o-Novo, Middle Alentejo) in the building of the sacred landscapes of ancient peasant societies of the 4 th and 3 rd millennia BCE VICTOR S. GONÇALVES, MARCO ANTÓNIO ANDRADE	05
<i>From aDNA to Archaeology: Genética da transição Calcolítico-Idade do Bronze no Sul de Portugal</i> ANA CATARINA BASÍLIO	31
Foundry in the Late Bronze Age Baiões/Santa Luzia Cultural Group: some reflections starting from a new metallic mould for unifacial palstaves JOÃO CARLOS SENNA-MARTINEZ, PEDRO VALÉRIO, MARIA HELENA CASIMIRO, LUÍS M. FERREIRA, MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO, HORÁCIO PEIXOTO	51
O conjunto vítreo da necrópole da I Idade do Ferro da Fonte Velha de Bensafirim (Lagos) FRANCISCO B. GOMES	71
Espacios de almacenamiento y producción de la Turdetania. Una reflexión más allá de los hornos VIOLETA MORENO MEGÍAS	117
Os três sarcófagos etruscos da coleção de Sir Francis Cook no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas (Sintra) MARTA RIBEIRO, NUNO SIMÕES RODRIGUES	143
Nuevos datos para el conocimiento del <i>suburbium</i> del <i>Municipum Florentinum Iliberritanum</i> (Granada): las recientes intervenciones en el solar de Mondragones ÁNGEL RODRÍGUEZ AGUILERA, MACARENA BUSTAMANTE-ÁLVAREZ, JULIA RODRÍGUEZ AGUILERA, CARMEN JÓDAR HÓDAR, JOSÉ M. GARCÍA-CONSUEGRA FLORES	163
Mapear a bibliografia. Abordagem metodológica para a gestão de dados bibliográficos NATÁLIA BOTICA, SÍLVIA MACIEL, REBECA BLANCO-ROTEA	187
Recensões bibliográficas (TEXTOS: JORGE DEL REGUERO GONZÁLEZ, LUIS MIGUEL CARRANZA PECO, MARTA BERMÚDEZ CORDERO, ÁLVARO GÓMEZ PEÑA, ANDRÉ TEXUGO)	197
Da CAALG à UNIARQ: a génese do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa no quadro do sistema científico de meados dos anos 70 a meados dos anos 90 do século XX ANDRÉ PEREIRA	216
Avaliadores <i>Ophiussa</i> (2018-2020)	246
Política editorial	247

**UNIARQ – CENTRO DE ARQUEOLOGIA
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**

Da CAALG à UNIARQ: a génese do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa no quadro do sistema científico de meados dos anos 70 a meados dos anos 90 do século XX¹

From CAALG To UNIARQ:
The genesis of the Centre for Archaeology
of the University of Lisbon in the framework
of the portuguese scientific system from the
mid-1970s to the mid-1990s

ANDRÉ PEREIRA

Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ)
andreperreira@letras.ulisboa.pt

«...um Centro de Ciências Humanas não
é necessariamente apenas um espaço de
investigação em que bastem papéis, lápis
e livros...»

Joaquim Barradas de Carvalho, em ofício ao INIC²

RESUMO: O Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ) é uma Unidade I&D, orgânica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), que tem como principal âmbito o estudo das sociedades humanas do passado na Península Ibérica, com alargamento ao resto do mundo, desde os primeiros hominídeos à Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Percorremos aqui a história da origem deste Centro de Investigação, desde um pouco antes da sua génese como Projecto Carta Arqueológica do Algarve (CAALG)³, enquadrado em linha de investigação do Centro de História da Universidade de Lisboa, até à separação deste, como Centro de Arqueologia, numa perspectiva que tenta abordar, sempre que possível, a conjuntura política das instituições de tutela da investigação científica e do património, não esquecendo como óbvia a história do ensino da Arqueologia na Faculdade de Letras.

Para além da bibliografia disponível, foi consultado o Arquivo do Centro de História-UL⁴ e o Arquivo de Ciência e Tecnologia, e realizado um conjunto de três entrevistas pessoais (a Ana Margarida Arruda⁵, João Senna-Martínez⁶ e Carlos Fabião⁷) e uma entrevista escrita (a Victor S. Gonçalves⁸) a quatro dos principais intervenientes neste processo.

PALAVRAS-CHAVE: UNIARQ, INIC, JNICT, História do Sistema Científico Português

¹ Este trabalho tem origem em ensaio académico realizado no âmbito da unidade curricular *História do Sistema Científico em Portugal e na Europa* da Pós-Graduação em Gestão e Políticas de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, ano lectivo 2019-2020, leccionada pela Professora Fernanda Rollo e pelo Professor Tiago Brandão.

² Arquivo do Centro de História da Universidade de Lisboa: ACH/Cx.7/Cp.15/4/Doc.294.

³ Gonçalves 1979; 1981.

⁴ Cabe aqui um agradecimento ao Professor Hermenegildo Fernandes e a André Morgado, responsável por aquele arquivo. Ainda ao primeiro, agradecemos a indicação de dissertação de mestrado com a organização e inventário deste arquivo (Pinto 2012).

⁵ Ana Margarida Costa Arruda dos Santos Gonçalves (n. 1955) – Investigadora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde lecciona desde 1993. Doutorou-se em História, com especialização em Arqueologia, em 2000, na mesma Faculdade.

⁶ João Carlos de Freitas de Senna-Martínez (n. 1948) – Professor Associado aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Investigador da UNIARQ. Licenciado em História e Doutoramento em Pré-História por esta Faculdade, onde leccionou desde 1979 até 2012.

⁷ Carlos Jorge Gonçalves Soares Fabião (n. 1959) – Licenciado em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, foi aí assistente até 1990, altura em que se torna Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde se doutora, em 1999. Hoje é Professor Associado da mesma Faculdade e dirige o Centro de Arqueologia desde 2016.

⁸ Victor Manuel dos Santos Gonçalves (n. 1946) – Fundador do Projecto CAALG no Centro de História da Universidade de Lisboa, foi o fundador do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, em 1993, e seu Director até 2016. Actualmente é Professor Cate-drático Jubilado da Faculdade de Letras, Professor Emérito da Universidade de Lisboa e investigador da UNIARQ.

ABSTRACT: The Centre for Archaeology of the University of Lisbon (UNIARQ) is a R&D organic unit of the School of Arts and Humanities of the University of Lisbon (FLUL), whose main scope is the study of human societies of the past in the Iberian Peninsula, extending to the rest of the world, from the first hominids to Late Antiquity and the High Middle Ages.

Here we go through the history of the origin of this Research Centre, from just before its genesis as the Algarve Archaeological Charter Project (CAALG), as a research line of the Centre for History of the University of Lisbon, until its separation, as an independent Research Centre, following a perspective that tries to approach, whenever possible, the political situation of the institutions responsible for scientific research and heritage, not forgetting the history of Archaeology teaching at the School of Arts and Humanities.

In addition to the available bibliography, the Archive of the Centre for History-UL and the Archive of Science and Technology were consulted, and a set of three personal interviews (Ana Margarida Arruda, João Senna-Martínez and Carlos Fabião) and a written interview (Victor S. Gonçalves) were carried out with four of the main actors in this process.

KEYWORDS: UNIARQ, INIC, JNICT, History of the Portuguese Scientific System

ANTES (1973-76)

O falecimento de Virgínia Rau⁹ em 1973 e as alterações decorrentes da revolução de Abril de 1974 levaram à extinção do Centro de Estudos Históricos, anexo à Faculdade de Letras¹⁰. Ao nível das instituições do

Estado, o Instituto de Alta Cultura (IAC)¹¹, porque se mostrava, “apesar de reorganizado em 1973, [...] desadaptado às realidades presentes, não tendo poder de resposta às solicitações que lhe são dirigidas [...] no campo da investigação científica”¹², era substituído nestas funções, em 9 de Julho de 1976 pelo Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC)¹³.

Em 23 de Abril de 1976, por despacho do Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, é reestruturado aquele Centro, como Centro de História das Universidades de Lisboa¹⁴, ainda na dependência do IAC, com Comissão Directiva de que faziam parte Joaquim Barradas de Carvalho¹⁵, José Mattoso¹⁶, António Borges Coelho¹⁷, Maria José Trindade¹⁸ e Victor dos Santos Gonçalves. Depois de uma

¹¹ Instituto de Alta Cultura (IAC) – Criado em 1952 pelo Decreto-Lei 38680, de 17 de Março, foi o organismo responsável pela condução da política cultural, de divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro e de investigação científica durante o Estado Novo, sucedendo nessas funções ao Instituto para a Alta Cultura. Foi extinto em 1976 pelo Decreto-Lei 538/76 de 9 de Julho.

¹² Decreto-Lei 38680, de 17 de Março

¹³ O Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC) foi criado em 1976 no seguimento do desdobraimento das funções do Instituto de Alta Cultura (IAC), pelo Decreto-Lei 538/76 de 9 de Julho, cabendo-lhe a prossecução das competências e atribuições relacionadas com a investigação científica, assim como a criação de centros de investigação ou organismos de natureza conexas e o apoio necessário ao seu funcionamento. Foi extinto em 1992, pelo Decreto-Lei 188/92, de 27 de Agosto.

¹⁴ Inicialmente designado de Centro de História *das Universidades* de Lisboa, essa designação foi adaptada para forma singular, uma vez que a Universidade Nova de Lisboa já havia sido fundada em Agosto de 1973.

¹⁵ Joaquim Manuel Marques Godinho Braga Barradas de Carvalho (1920-1980) – Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, doutorou-se, em 1961, em Estudos Ibéricos (3.º ciclo) na Universidade Paris-Sorbonne. Foi fundador e o primeiro Secretário do Centro de História da Universidade de Lisboa.

¹⁶ José João da Conceição Gonçalves Mattoso (n. 1933) – “professor catedrático de História Medieval da FCSH da UNL. Toda a sua formação foi realizada na Universidade de Lovaina (flamenga), onde se licenciou e concluiu o doutoramento [...]. Foi professor da Faculdade de Letras e investigador do Centro de Estudos Históricos. Transitou para a FCSH da UNL em 1978, sendo membro da sua Comissão Instaladora, onde se agregou e chegou à posição de professor catedrático. Aí desempenhou funções de Director, de Presidente do Conselho Científico, bem como de vice-reitor da UNL.” (Andrade *et al.* 2009: 32).

¹⁷ António Borges Coelho (n. 1928) – Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas e doutorado pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, é Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foi um dos fundadores do Centro de História da Universidade de Lisboa.

¹⁸ Maria José Lagos Trindade (1938-1980) – “foi assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e desenvolveu investigação em torno de temas medievais inovadores, nomeadamente sobre questões de administração local e sobre o pastoreio” (Andrade *et al.* 2009: 17)

⁹ Virgínia de Bivar Robertes Rau (1907-1973) – “professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, foi a primeira mulher a doutorar-se em História, em Portugal. Foi ainda fundadora e primeira directora do Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras de Lisboa. Deixou uma obra de investigação vasta e diversificada, em parte dedicada à História Medieval, tendo produzido nesta última área estudos pioneiros sobre temáticas de História Económica e Social, nos quais revelava grande actualização de metodologias e problemáticas, resultante da sua proximidade às historiografias francesa e alemã.” (Andrade *et al.* 2009: 15).

¹⁰ Centro de Estudos Históricos (do Instituto de Alta Cultura), anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – Fundado, no lugar do Centro de Estudos Históricos e Arqueológicos, por Virgínia Rau, em 1958, que o dirigiu até 1973, data da sua extinção. (Rollo *et al.* 2017)

gestão assegurada por Jorge Borges de Macedo¹⁹ após a morte de Virgínia Rau, o Centro de Estudos Históricos encontrava-se, à data, com “as suas instalações geridas por um grupo de alunos e professores” onde “a falta de funcionários e os sucessivos assaltos conduziram a uma situação caótica”²⁰.

O INÍCIO DO PROJECTO CAALG (1977-1980)

Só em Setembro de 1976 é que se iniciaram as actividades no Centro de História, assumindo a Arqueologia, desde cedo, um papel fundamental. Englobava este novo Centro, dentro de uma das suas linhas de investigação – História Económica e Social –, dois projectos autónomos: o *Roteiro para o estudo das fontes da História Contemporânea Portuguesa* e a CAALG – *Carta Arqueológica do Algarve*, esta última sob direcção de Victor S. Gonçalves. Juntamente com Ana Margarida Arruda, funcionária do INIC no Centro de História, a que se juntaram outros intervenientes, este projecto é assumido como tendo continuidade até aos dias de hoje: “nós continuamos a fazer a Carta Arqueológica do Algarve”²¹.

Apesar do parco financiamento – “o INIC tinha pouco dinheiro”²². A SEC²³ tinha a sua política e a Faculdade de Letras não estava entre os favoritos. As autarquias só muito raramente apoiavam os trabalhos”²⁴ – o projecto tem desde início resultados muito positivos, acabando por ser a origem, entre iniciativas de âmbito local como os Seminários de Arqueologia, Literatura e Arte Popular de Faro ou os Seminários «Defender e investigar o património»²⁵, do IV Congresso Nacional de Arqueologia, também em Faro, em 1980. É também resultado deste projecto a Dissertação de Doutoramento de Victor S. Gonçalves, em 1989²⁶. Igualmente

no âmbito deste projecto são desde início estabelecidos protocolos de colaboração com entidades nacionais como o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS)²⁷ e o Centro de Física Nuclear da Universidade de Lisboa²⁸, e estrangeiras, como o *Centre d'Anthropologie des Sociétés Rurales de l'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales* (CASR-EHESS)²⁹.

Em paralelo, a Arqueologia ganhava também impacto no ensino da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Na segunda metade da década de 70 do século XX, as “pré-especializações” em Arqueologia dos Cursos de História iniciam-se, quer em Lisboa, quer nas Faculdades de Letras do Porto e de Coimbra.

DE LINHA DE ACÇÃO A UNIDADE (1980-1989)

Após a morte prematura de Joaquim Barradas de Carvalho e de Maria José Trindade em 1980, surge a necessidade de uma nova definição da Direcção do Centro. A Victor S. Gonçalves, António Borges Coelho e Joel Serrão, que assume o papel de Secretário no lugar de Barradas de Carvalho, junta-se Francisco Sales Loureiro³⁰. Serrão, que se encontrava já ligado à Universidade Nova desde Novembro de 1980, iria abandonar o seu cargo e o Centro em 17 de Março do ano seguinte, ficando Sales Loureiro como Secretário e entrando João Medina³¹ para a Direcção da linha de acção que deixara³².

Em 19 de Junho de 1980 é proposta, pelo Coordenador do projecto CAALG ao INIC, a criação de uma

¹⁹ Jorge Borges de Macedo (1921-1996) – “professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1969) e da Universidade Católica, Director do Arquivo Nacional/Torre do Tombo (1990-1996) pertence à geração de 40, também integrada por Vitorino Magalhães Godinho e Joel Serrão, responsável pela retoma e *aggiornamento* dos estudos históricos em Portugal” (Andrade *et al.* 2009: 23).

²⁰ Carvalho – Serrão – Gonçalves 1979: 183

²¹ Ana Margarida Arruda. Entrevistas: ver página 234.

²² Para Tiago Brandão (2015), a criação do INIC “não contribuiu de facto para apaziguar o clima de incerteza e desorganização que se vivia nos centros e núcleos de estudos universitários.”

²³ Secretaria de Estado da Cultura.

²⁴ Victor S. Gonçalves. Entrevistas: ver página 227.

²⁵ Gonçalves 1979.

²⁶ Gonçalves 1989.

²⁷ Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS) – Fundado em Dezembro de 1974 pela Junta Distrital de Setúbal, foi parte em um dos primeiros protocolos com o Centro de História da Universidade de Lisboa, através do projecto CAALG, em 1979. (Carvalho – Serrão – Gonçalves 1979: 189)

²⁸ Centro de Física Nuclear da Universidade de Lisboa (CFN) – foi parte em um dos primeiros protocolos com o Centro de História da Universidade de Lisboa, através do projecto CAALG, em 1980, numa perspectiva transdisciplinar. (Serrão – Gonçalves 1980: 158)

²⁹ Foi assinado, em Dezembro de 1978, um protocolo com o *Centre d'Anthropologie des sociétés rurales de l'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales*, laboratório do CNRS (Carvalho – Serrão – Gonçalves 1979: 190).

³⁰ Francisco de Sales de Mascarenhas Loureiro (1919-2000) – Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa depois de uma carreira começada na Universidade de Lourenço Marques (Andrade *et al.* 2009: 33). Foi Secretário do Centro de História da Universidade de Lisboa entre 1981 e 1989.

³¹ João Augusto Medina da Silva (n. 1939) – Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, doutorou-se em Sociologia na Universidade de Estrasburgo. Foi também professor nas Universidades de Pisa, Colónia, Johns Hopkins e Brown.

³² Arquivo de Ciência e Tecnologia: ACT_010723/687.



FIG. 1 A primeira equipa de campo em Corte João Marques (CAALG). Na fila de trás, Nuno Carvalho Santos (1955-1994), Ana Cristina Roque, Ana Carvalho Dias e Jorge Oliveira. Em baixo, ao centro, Victor S. Gonçalves, tendo à direita Ana Margarida Arruda e à esquerda Helena Catarino (Foto de Victor S. Gonçalves).

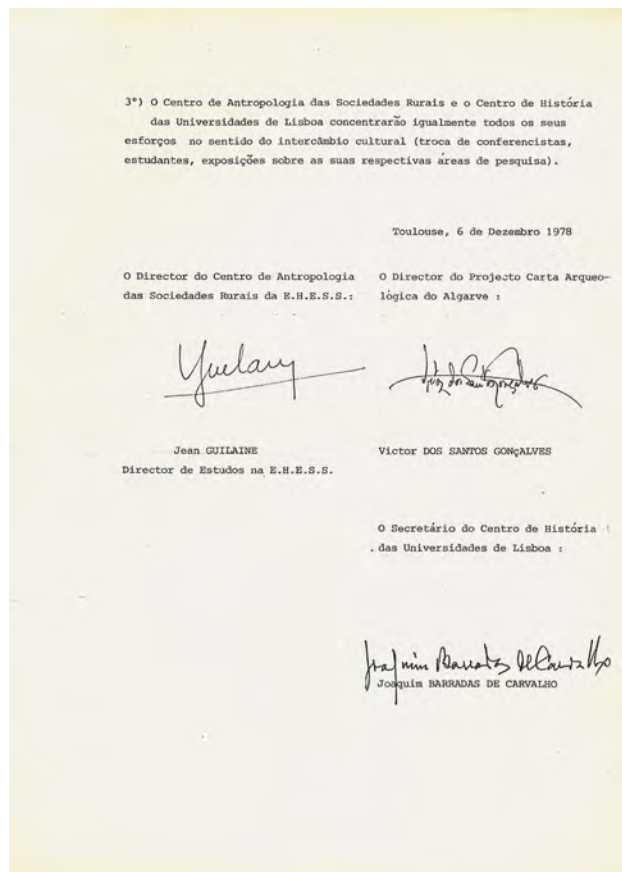
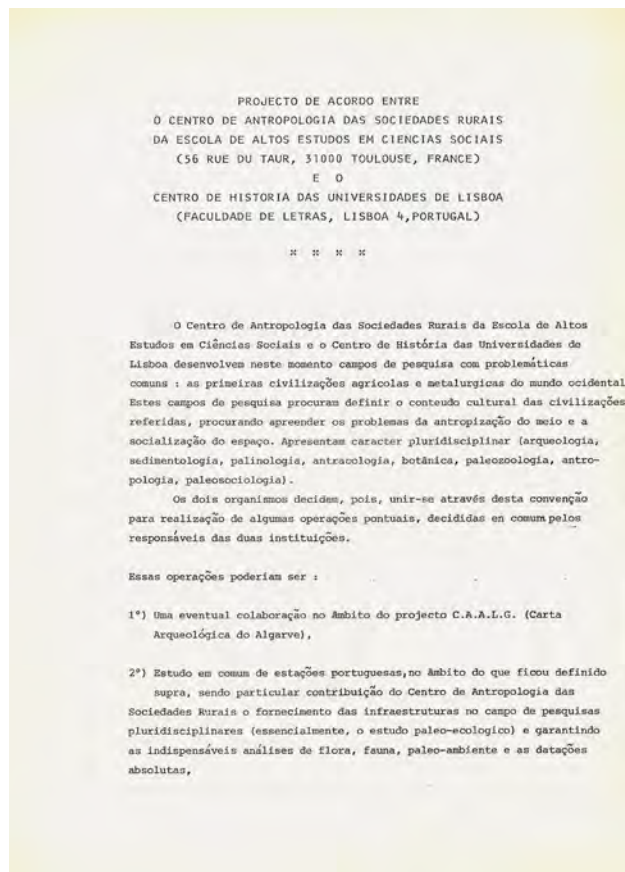


FIG. 2 Projecto de acordo entre o CASR-EHES e o Centro de História das Universidades de Lisboa (Arquivo UNIARQ).

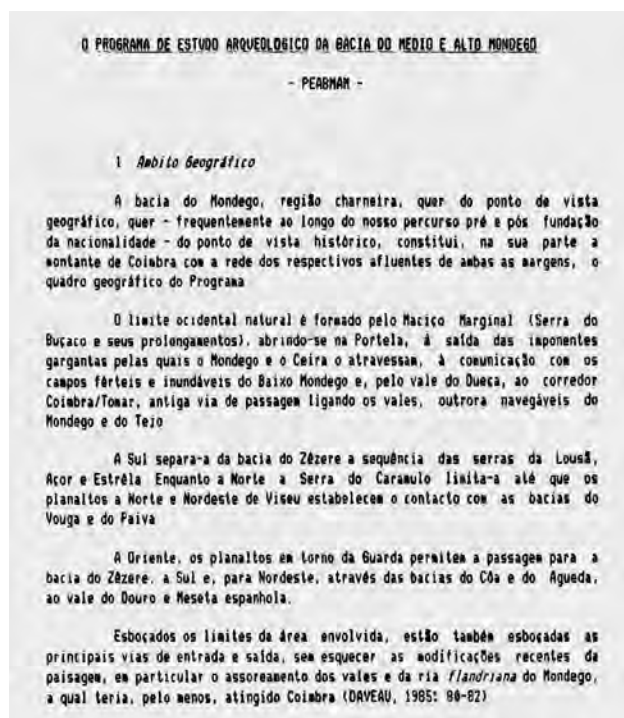


FIG. 3 Primeira página da definição do PEABMAM (Senna-Martínez – Guerra – Fabião 1986).

nova unidade dentro do Centro de História. Victor S. Gonçalves refere que “estão criadas as condições para que o Projecto CAALG evolua para uma Unidade de Arqueologia Pré e Proto-histórica” (UAPPH) centrada no Centro Sul do País, com o financiamento na continuidade do referido projecto por parte do INIC, Fundo de Fomento Cultural da Secretaria de Estado da Cultura e apoio das autarquias locais³³. Em paralelo, prevê-se a organização da II Mesa Redonda de Pré e Proto-História do Sudoeste Peninsular e a abertura de nova área de pesquisa com o CASR-EHESS, centrada no Megalitismo Alto Alentejano³⁴.

Depois do reconhecimento da nova Direcção e aprovação das linhas de acção de “Arqueologia” do Centro de História, em 1981, para a UNIARCH (Unidade de Arqueologia do Centro de História), os apoios continuam a ser insuficientes. Em carta endereçada ao INIC em 1983, Sales Loureiro e Victor Gonçalves indicam que “o funcionamento da UNIARCH [...] só tem sido possível graças a subsídios da Secretaria de Estado da Cultura que têm coberto a maioria, quando não a totalidade das despesas relacionadas com as escavações que incluem deslocações, alojamentos,

materiais de consumo corrente e pagamento a assalariados rurais”³⁵.

A segunda metade da década de 80 do século XX vê chegar novos investigadores e novos projectos à UNIARCH: primeiro João Carlos de Senna-Martínez, Professor Assistente da Faculdade de Letras, ligado ao Instituto de Arqueologia³⁶; depois Carlos Fabião e Amílcar Guerra³⁷, assistentes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Estes três investigadores “traziam consigo” o que viria a ser o programa PEABMAM³⁸, incluindo o estudo do sítio da Lomba do Canho³⁹ e do Cabeço do Crasto de São Romão⁴⁰, que haviam iniciado, no início da década, com João de Castro Nunes⁴¹. Os segundos iniciarão, em 1988, projecto no sítio arqueológico de Mesas do Castelinho⁴², em que o apoio foi quase exclusivamente do IPPC⁴³. Carlos Fabião refere que “as intervenções arqueológicas não tinham propriamente uma vinculação institucional, era tudo muito ‘personalizado’”⁴⁴. Para além deste novos projectos trazidos por novos investigadores, é assumida a “declaração de intenções”⁴⁵

³⁵ Arquivo de Ciência e Tecnologia: ACT_010725/694. Cf. Gonçalves 1985c.

³⁶ Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – Instituto pertencente à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, reunindo alunos e docentes.

³⁷ Amílcar Manuel Ribeiro Guerra (n. 1953) – Licenciado em Filologia Clássica e Mestre em Literatura Latina na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, doutora-se em História Clássica nesta mesma instituição, em 2013. Leccionou na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa até 1990, quando se muda para a Faculdade de Letras, onde hoje é Professor Associado e membro do Centro de Arqueologia.

³⁸ Programa de Estudo Arqueológico do Baixo Mondego e Alto Mondego (PEABMAM) – Projecto dirigido por João Carlos de Senna-Martínez (Senna-Martínez – Guerra – Fabião 1986).

³⁹ Lomba do Canho (Arganil) – Acampamento militar romano republicano, escavado e estudado por João de Castro Nunes, Amílcar Guerra, Carlos Fabião e João Carlos Senna-Martínez, entre 1980 e 1983. CNS 75.

⁴⁰ Cabeço do Crasto de São Romão (Seia) – Povoado fortificado com ocupação do final da Idade do Bronze e Romano-imperial, com escavações entre 1983 e 1988, da responsabilidade de Amílcar Guerra, Carlos Fabião e João Senna-Martínez. CNS 2983.

⁴¹ João de Castro Nunes da Silva (1921-2016) – Licenciado em Filologia Clássica na Universidade de Coimbra, em 1945, doutorou-se na mesma Universidade dez anos depois, na mesma área. Em 1976 assume funções de Professor Auxiliar no Departamento de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, passando a dirigir, a partir de 1980, o Instituto de Arqueologia. Jubilou-se como Professor Associado desta Faculdade em 1991.

⁴² Mesas do Castelinho (Almodôvar) – Povoado com ocupação desde o Calcolítico à época Medieval Islâmica, classificado como Imóvel de Interesse Público, escavado desde 1987 por equipa da UNIARQ (Fabião – Guerra 2008).

⁴³ Instituto Português do Património Cultural (IPPC) – criado em 1980 pelo Decreto-Lei 59/80, de 3 de Abril, sob tutela da Secretaria de Estado da Cultura.

⁴⁴ Carlos Fabião. Entrevistas: ver página 244.

⁴⁵ Victor S. Gonçalves. Entrevistas: ver página 228.

*Estudo da Evolução das Sociedades Agro-Pastoris*⁴⁶, bem como outros projectos que os investigadores da unidade iniciaram e continuaram⁴⁷.

A afirmação da Arqueologia tinha-se tornado tão evidente que, desde 1983, havia já a intenção da publicação de um novo periódico associado à unidade⁴⁸. A Revista *Clio/Arqueologia* teve o seu primeiro (e único) número publicado em 1985.⁴⁹

No ensino da Faculdade o crescendo era evidente. Depois de Coimbra e Porto, em 1980, terem criado as “variantes”, a Universidade de Lisboa cria a sua Variante em Arqueologia e coloca-a em pleno funcionamento no ano lectivo de 1986/87 de onde, mais tarde, sairá uma primeira vaga de alunos que, pelas suas capacidades, irá engrossar as fileiras da Arqueologia no Centro de História.

O CENTRO DE ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA (CAH) (1989-1993)

Num período em que escasseia, no Arquivo do Centro de História, informação, a 17 de Agosto de 1989 é enviado ao INIC um pedido de alteração do nome do Centro para “Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa”⁵⁰. É assumido, assim, o papel crescente da Arqueologia no Centro de História. Neste “novo” Centro, ocorrem mudanças na Comissão Directiva e no próprio Centro: Victor S. Gonçalves, recém-doutorado, responsável pela Unidade de Arqueologia (agora denominada UNIARQ) assume o cargo de Secretário; João Medina continua responsável pela linha de História Contemporânea; Carlos Fabião integra e completa ainda esta nova Comissão. É assim eliminada a Linha de História Moderna, sob responsabilidade de Francisco Sales Loureiro, anterior

⁴⁶ ESAG – *Programa para o estudo da evolução das sociedades agro-pastoris, das origens à metalurgia plena, dos espaços abertos aos povoados fortificados no Centro de Portugal*, sob a direcção de Victor S. Gonçalves (Gonçalves 1985b).

⁴⁷ São os casos, por exemplo, dos Projectos de Castro Marim, Alcáçova de Santarém e Quinta do Lago, sob direcção de Ana Margarida Arruda (1985a; 1985b; 1985c; Arruda – Fabião 1990), do Projecto ANSOR sob direcção de Victor S. Gonçalves (1982; Gonçalves – Daveau 1985) e, em 1990, do projecto PEVLONG, sob direcção de António Carvalho (Almeida – Carvalho 2005).

⁴⁸ Arquivo de Ciência e Tecnologia: ACT_010725/694.

⁴⁹ *Clio/Arqueologia* – Revista da Unidade de Arqueologia do Centro de História da Universidade de Lisboa, com um único número editado, em 1985 (Gonçalves 1985a).

⁵⁰ Arquivo de Ciência e Tecnologia: ACT_011090/1608.



FIG. 4 Capa do número 1 (único) da revista *Clio/Arqueologia* (Gonçalves 1985a).

Secretário. Sales Loureiro, em carta de 11 de Outubro, endereçada ao INIC, refere que, a pouco tempo da sua jubilação, terá sido à sua revelia que a Comissão Directiva se assumira⁵¹. Em Junho de 1990 será novamente reatada a Linha de Acção de História Moderna, agora com Joaquim Veríssimo Serrão⁵², que então regressara e que irá, depois da separação dos Centros de História e de Arqueologia, assumir a Direcção do primeiro.

Em Janeiro de 1991, o INIC recebe informação do Centro de Arqueologia e História referente ao ano anterior, referindo que a Instituição apenas apoia uma parte reduzida da actividade de terreno do Centro, e que os projectos de Mesas do Castelinho, Santarém e do Algarve são comparticipados pelo IPPC e pelas autarquias locais⁵³.

Com a extinção formal do INIC, em 27 de Agosto de 1992, as competências daquela instituição perante o

⁵¹ Arquivo de Ciência e Tecnologia: ACT_011090/1608.

⁵² Joaquim Veríssimo Serrão (1925-2020) – Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Reitor da Universidade de Lisboa em 1973-1974 e Director do Centro de História entre 1993 e 1995, foi presidente da Academia da História entre 1975 e 2005.

⁵³ Arquivo de Ciência e Tecnologia: ACT_011090/1609.

Centro passam para a JNICT⁵⁴, que havia sido fundada em 1967. Para Victor S. Gonçalves esta trata-se da “fase zero” em que os financiamentos passam a ser exclusivamente “da Secretaria de Estado e de acordos com as autarquias”⁵⁵. As funções de financiamento outrora asseguradas pelo INIC não transitaram, de forma efectiva para a JNICT, que “não se sentia particularmente confortável com a situação”⁵⁶. Seria necessário esperar mais alguns anos...

Como já referido, uma primeira vaga de alunos licenciados na Variante de Arqueologia começaram a ser integrados e a trabalhar em projectos do CAH (Manuel Calado⁵⁷, Mariana Diniz⁵⁸ e Teresa Simões⁵⁹, por exemplo).

O CENTRO DE ARQUEOLOGIA E OS PRIMEIROS ANOS (1993-)

O crescente papel da Arqueologia na Universidade, que acompanhou a afirmação da disciplina a nível nacional, teria o seu culminar com a previsível separação da História e da Arqueologia ao nível dos Centros de Investigação. A 26 de Julho de 1993, a Reitoria da Universidade de Lisboa envia, para a JNICT, ofício informando da cisão do CAH em dois centros: Centro de Arqueologia e Centro de História referindo que, a partir de 1 de Janeiro do ano seguinte, se estabelecerá a diferenciação ao nível financeiro⁶⁰. A separação chegou quase, mais tarde a verificar-se ao nível do Departamento não tendo, contudo, ocorrido.

⁵⁴ Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) – criada em 11 de Julho de 1967, pelo Decreto-Lei 47791, de 11 de Julho, sendo-lhe cometidas as funções de planear, coordenar e fomentar a investigação científica e tecnológica no território nacional. Foi extinta pelo Decreto-Lei 144/96, de 26 de Agosto.

⁵⁵ Victor S. Gonçalves. Entrevistas: ver página 230.

⁵⁶ Ana Margarida Arruda. Entrevistas: ver página 237.

⁵⁷ Manuel João do Maio Calado (n. 1954) – Licenciado em História, Variante de Arqueologia, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, foi aqui docente universitário entre 1990 e 2008, onde se doutorou, em 2004. Também leccionou na Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, na Escola Superior de Educação de Setúbal e na Universidade Estadual do Amapá (professor do Curso de Especialização em Património Arqueológico da Amazônia).

⁵⁸ Mariana Teodósia Lemos Castelo Branco Diniz (n. 1968) – Licenciada em História, Variante de Arqueologia, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde lecciona desde então, e onde se doutorou, em 2004. Actualmente é Professora Associada daquela instituição e também subdirectora do Centro de Arqueologia.

⁵⁹ Teresa Simões – Licenciada em História, Variante de Arqueologia, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde completou a sua tese de mestrado em 1998, é actualmente a responsável técnica pelo Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, em Sintra.

⁶⁰ Arquivo de Ciência e Tecnologia: ACT_011090/1609.

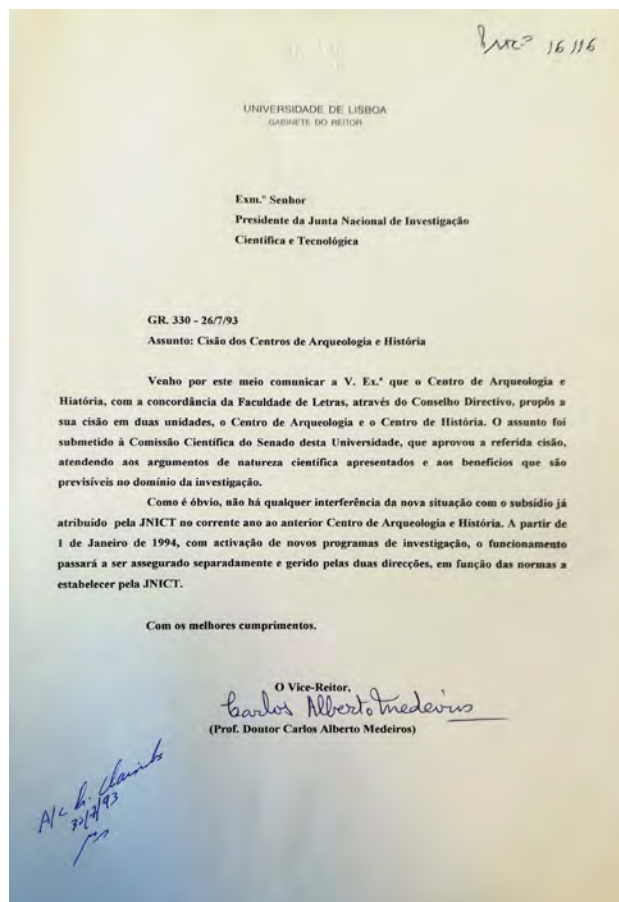


FIG. 5 Ofício do Vice Reitor da Universidade de Lisboa para a JNICT sobre a cisão do CAH (ACT_011090/1609).

Para Victor S. Gonçalves “a designação do Centro [de Arqueologia e História] parece ter irritado alguns historiadores”⁶¹; Ana Margarida Arruda aponta o crescimento “quer em termos de investigadores, quer em termos de trabalho produzido”⁶²; João Carlos Senna-Martínez, aponta, como leitura pessoal que “não era suportável para o Professor Veríssimo Serrão, para o Professor Borges de Macedo, e ainda para o Professor Borges Nunes⁶³ ter à frente do Centro um recém-doutorado gerindo simultaneamente a Arqueologia e a História”⁶⁴.

Nos primeiros tempos do Centro de Arqueologia, dada a conjuntura, o apoio da JNICT era escasso⁶⁵ (temos notícia apenas de subsídio no âmbito do FACC⁶⁶

⁶¹ Victor S. Gonçalves. Entrevistas: ver página 230.

⁶² Ana Margarida Arruda. Entrevistas: ver página 235.

⁶³ Eduardo Alexandre Borges Nunes (1924-2008) – Professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Licenciou-se em 1958 e [...] doutorou-se em História Medieval na mesma instituição (1964). (Andrade et al. 2009: 20).

⁶⁴ João Senna-Martínez. Entrevistas: ver página 242.

⁶⁵ Cf. Gonçalves 2002.

⁶⁶ Fundo de Apoio à Comunidade Científica (FACC) – programa que apoiava a publicação de livros, realizações de congressos científicos, etc.

à monografia *Cadernos da UNIARQ 2*⁶⁷ e a uma bolsa no âmbito do Programa Praxis XXI⁶⁸). Mesmo com a criação da Fundação para a Ciência e Tecnologia⁶⁹ e a assunção das competências outrora pertencentes à JNICT, ainda foi “necessário iniciar um processo de aceitação [...] fase em que [...] não temos financiamento nenhum”⁷⁰.

NOTAS FINAIS

O Projecto CAALG, nascido em 1977 integrado em linha de acção de um Centro de História reestruturado após o 25 de Abril, constituiu a génese do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, unidade de investigação hoje incontornável na área científica da Arqueologia.

Como Centro integrado no INIC, o Centro de História contou com o seu apoio financeiro nesta época. Este apoio revelou-se francamente insuficiente para as pretensões da Arqueologia, pelo que apoios da tutela do património cultural (IPPC, primeiro e, depois, IPPAR⁷¹) e das autarquias locais foram importantes para uma investigação que se revela onerosa, muito pelas actividades de campo que envolve.

Desde o início do Projecto CAALG até à cisão da Arqueologia e da História em dois centros independentes sedeados na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, caminhou “lado a lado” com a emancipação crescente do ensino da Arqueologia naquela instituição, contribuindo para isso os seus investigadores, na sua maioria docentes universitários.

O outrora, como hoje, apesar da “individualização” evidente, é nos projectos de investigação que a orgânica da unidade assenta.

Bibliografia

- ALMEIDA, M. J. – CARVALHO, A. (2005) – *Villa Romana da Quinta das longas (Elvas, Portugal): A Lixeira Baixo-Imperial. Revista Portuguesa de Arqueologia*. 8-1, 299-368.
- ANDRADE, A. A. – BARATA, M. do R. T. – FERNANDES, H. – KRUS, L. (2009) – À conversa com Iria Gonçalves. In *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Casal de Cambra, 13-47.
- ARRUDA, A. M. (1985a) – Alcáçova de Santarém. Relatório dos trabalhos arqueológicos de 1984. *Clio/Arqueologia: Revista da UNIARCH*. 1, 217-223.
- ARRUDA, A. M. (1985b) – Escavações arqueológicas no Castelo de Castro Marim. Relatório dos Trabalhos de 1983. *Clio/Arqueologia: Revista da UNIARCH*. 1, 245-248.
- ARRUDA, A. M. (1985c) – Escavações arqueológicas no Castelo de Castro Marim. Relatório dos Trabalhos de 1984. *Clio/Arqueologia: Revista da UNIARCH*. 1, 249-254.
- ARRUDA, A. M. – FABIÃO, C. (1990) – Ânforas da Quinta do Lago (Loulé). In ALARCÃO A. – MAYET, F. (eds.) – *Ânforas Lusitanas: Tipologia, produção, comércio local*. Conímbriga/Paris, 199-213.
- BRANDÃO, T. (2015) – A formação da JNICT e a política científica no período pós-Abril. In RODRIGUES, M. de L. – HEITOR, M. (orgs.) – *40 Anos de Políticas de Ciência e de Ensino Superior*. Coimbra, 187-234.
- CARDOSO, J. L. (2005) – D. Fernando de Almeida: breve evocação no centenário do seu nascimento. *EBVROBRIGA. Revista do Museu Arqueológico Municipal José Monteiro do Fundão*. 3, 23-28.
- CARVALHO, J. B. de – SERRÃO, J. – GONÇALVES, V. S. (dirs.) (1979) – *Clio: Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. 1.
- FABIÃO, C. – GUERRA, A. (2008) – Mesas do Castelinho (Almodôvar): um projecto com 20 anos. *Al-madan*. 2:16, 92-105.
- GONÇALVES, V. S. (1978) – *A neolitização e o megalitismo na região de Alcobaça*. Lisboa.
- GONÇALVES, V. S. (1979) – A Carta Arqueológica do Algarve. Estratégia e Perspectivas. *Clio: Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. 1, 99-116.
- GONÇALVES, V. S. (1981) – Arqueologia do Algarve: Sinopse retrospectiva e perspectivas de mudança. *Clio: Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. 3, 177-181.
- GONÇALVES, V. S. (1982) – O Povoado Calcolítico do Cabeço do Pé da Erra (Coruche). *Clio: Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. 4, 7-14.
- GONÇALVES, V. S. (dir.) (1985a) – *Clio/Arqueologia: Revista da UNIARCH*. 1.
- GONÇALVES, V. S. (1985b) – Programa para o estudo da evolução das sociedades agro-pastoris, das origens à metalurgia plena, dos espaços abertos aos povoados fortificados, no Centro de Portugal (ESAG). *Clio/Arqueologia: Revista da UNIARCH*. 1, 207-211.
- GONÇALVES, V. S. (1985c) – Editorial: Apresentação, seguida de uma Pavana por uma arqueologia (quase) defunta, com votos de pronto restabelecimento. *Clio/Arqueologia: Revista da UNIARCH*. 1, 9-15.
- GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma aproximação integrada*. Lisboa (*Estudos e memórias 2*, 2 vols.).
- GONÇALVES, V. S. (1992) – *Reverendo as Antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa (*Cadernos da UNIARQ 2*).

⁶⁷ Arquivo de Ciência e Tecnologia: ACT_010952/1235 FACC 992.4.363; Tratou-se de Gonçalves 1992.

⁶⁸ Subprograma PRAXIS XXI – fez parte do Programa Bases do Conhecimento e da Inovação do 2º Quadro Comunitário de Apoio, que vigorou entre 1994 e 1999. Constituiu a peça central da intervenção do Plano de Desenvolvimento Regional na área da Ciência e Tecnologia.

⁶⁹ Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) – criada em 1997, pelo Decreto-Lei 144/96, de 26 de Agosto, com funções de avaliação e financiamento da ciência e da tecnologia em Portugal, sob tutela e superintendência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

⁷⁰ Ana Margarida Arruda. Entrevistas: ver página 237.

⁷¹ Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) – criado em 1992 pelo Decreto-Lei n.º 106-F/92, de 1 de Junho, sucedeu na universalidade dos direitos e obrigações ao IPPC. Em 2006, fundido com o Instituto Português de Arqueologia (IPA), deu origem ao IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico), criado pelo Decreto-Lei 215/2006 de 27 de Outubro.

- GONÇALVES, V. S. (2002) – Algumas histórias exemplares (e outras menos). 1. Relatório sucinto de missão ao estrangeiro (dado à costa numa garrafa, compreensivelmente vazia, de Glengoyne não filtrado). *Ophiussa. Revista do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa*. 0, 5-8.
- GONÇALVES, V. S. (2004) – As deusas da noite: o projecto «Placa Nostra» e as placas de xisto gravadas da região de Évora. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 7:2, 49-72.
- GONÇALVES, V. S. (2017) – Ophiussa regressa, em digital e, logo de seguida, em papel. *Ophiussa. Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa*. 1, 5-15.
- GONÇALVES, V. S. – DAVEAU, S. (1985) – Programa para o estudo da antropização do Baixo Tejo e afluentes: Projecto para o estudo da antropização do Vale do Sorraia (ANSOR). *Clio/Arqueologia: Revista da UNIARCH*. 1, 203-206.
- GONÇALVES, V. S. – SOUSA, A. C. (2018) – *Casas Novas numa curva do Sorraia (no 6.º milénio a. n. e. e a seguir)*. Lisboa (*Estudos e memórias* 11).
- MORENO, L. (2006) – Carminda Cavaco – sentidos e contextos de uma singular vida académica e científica. In FONSECA, M. L. (coord.) – *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer*. Lisboa, 21-57.
- PINTO, T. (2012) – *O Arquivo do Centro de História da F.L.U.L.: memória institucional e catálogo (1954-1995)*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação Arquivística apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (Policopiado)
- ROLLO, M. F. – QUEIROZ, M. I. – BRANDÃO, T. – SALGUEIRO, A. (2012) – *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no Século XX. Da Junta de Educação nacional ao Instituto Camões*. Lisboa.
- SENNA-MARTÍNEZ, J. C. – GUERRA, A. – FABIÃO, C. (1986) – “Cabeço do Crasto” de São Romão, Seia. A campanha 1 (1985). *Catálogo da Exposição Temporária. FIAGRIS/86*. Lisboa/Seia.
- SERRÃO, J. – GONÇALVES, V. S. (dirs.) (1980) – *Clio: Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. 2
- SILVA, A. C. (2009-2010) – O GEPP na arqueologia portuguesa do último quartel do século XX. *Forum. Revista do Conselho Cultural da Universidade do Minho*. 44-45, 9-30.
- VEIGA, S. M. E. da (1886) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. 1. Lisboa.
- VEIGA, S. M. E. da (1887) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. 2. Lisboa.
- VEIGA, S. M. E. da (1889) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. 3. Lisboa.
- VEIGA, S. M. E. da (1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. 4. Lisboa.

DOCUMENTOS LEGISLATIVOS

Decreto-Lei 38680, de 17 de Março de 1952: *Reorganiza os serviços do Instituto para a Alta Cultura, que deixa de constituir a 7.ª secção da Junta Nacional da Educação e passa a designar-se «Instituto de Alta Cultura».*

Decreto-Lei 47791, de 11 de Julho de 1967: *Cria na Presidência do Conselho e na dependência directa do Presidente do Conselho, a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica e define o seu funcionamento e atribuições.*

Decreto-Lei 538/76 de 9 de Julho: *Cria o Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC).*

Decreto-Lei 59/80, de 3 de Abril: *Reestrutura a Secretaria de Estado da Cultura.*

Decreto-Lei n.º 106-F/92, de 1 de Junho: *Cria o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.*

Decreto-Lei 188/92, de 27 de Agosto: *Extingue o Instituto Nacional de Investigação Científica.*

Decreto-Lei 144/96, de 26 de Agosto: *Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Ciência e da Tecnologia.*

Decreto-Lei 215/2006, de 27 de Outubro: *Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Cultura.*

FUNDOS DOCUMENTAIS

Arquivo de Ciência e Tecnologia (ACT)

Arquivo do Centro de História da Universidade de Lisboa (ACH-UL)

ENTREVISTAS



Victor Manuel dos Santos Gonçalves (n. 1946)

Fundador do Projecto CAALG no Centro de História da Universidade de Lisboa, foi o fundador do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, em 1993, e seu Director até 2016. Actualmente é Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Letras, Professor Emérito da Universidade de Lisboa e investigador da UNIARQ.

André Pereira (AP): *Qual o seu envolvimento nos centros de investigação que operaram na Faculdade de Letras de Lisboa antes da revolução de Abril? Que memórias guarda desse tempo?*

Victor S. Gonçalves (VSG): Antes do 25 de Abril, os Centros dependiam do Instituto de Alta Cultura e eram entidades fechadas, dirigidas ou por um catedrático ou por alguém de peso político dentro da Faculdade. Fui talvez uma ou duas vezes ao Centro de Estudos Históricos falar com a Professora Virgínia Rau, mas das outras vezes ela recebeu-me no seu Gabinete de Directora da Faculdade. A imagem que guardei do Centro era a de estantes com gradeamento amarelo sujo, fechadas à chave. Mais tarde, quando regresssei a Lisboa, Março de 1973, o ambiente era mais aberto, mas o Professor Borges de Macedo, apesar de Director do Centro, nem sempre lá estava.

AP: *Após o 25 de Abril, porquê na demora a “arrancar” a ideia de um novo Centro de História? Fale-me um pouco das tensões existentes entre alunos e professores e como foram ultrapassadas.*

VSG: Após o 25 de Abril, os Centros foram encerrados e, alguns, saqueados. E os Cursos a que estavam ligados entraram em vias de quase extinção. Com

Maria José Ferro⁷² e dois alunos, o Fernando António Baptista Pereira⁷³ (hoje, professor em Belas Artes) e a Inês de Castro, tentei evitar o descalabro e conseguimos fazer aprovar um Curso de História viável, mais aberto e equilibrado. Mas não foi fácil. O Centro não fez, inicialmente, parte de esse projecto, mas reuni-me com um querido amigo, reentrado na Faculdade, Joaquim Barradas de Carvalho, com o António Borges Coelho, a Maria José Trindade e o José Mattoso e fizemos em 1976 uma proposta para a abertura de um Centro de História *das Universidades de Lisboa*. Como eu não tinha o doutoramento, o Borges Coelho ficou provisoriamente responsável pela Arqueologia e eu pelas publicações, mas a guerra entre arqueólogos era de tal ordem que ele se demitiu um mês depois. Num espaço quase vazio, criei então um projecto num lugar onde houvesse o mínimo de arqueólogos possível, o Algarve, cuja parte oriental estava deserta em Pré-História desde Estácio da Veiga⁷⁴. O Projecto CAALG (Carta Arqueológica do Algarve) era também uma homenagem ao grande pioneiro da Arqueologia portuguesa. O logótipo, que desenhei, de parceria com um refugiado político brasileiro que trabalhava para a Bertrand, representava um lacrau, tão frequente debaixo das pedras da Serra algarvia, mas que nunca nos picou. Simbolismos e Sinergias... À parte os «saneamentos» de Veríssimo Serrão (que era também Reitor à altura do 25 de Abril) e de Borges de Macedo, não houve grandes conflitos entre alunos de História e docentes. Para isso ajudou também a entrada de professores novos, alguns com fortes coberturas partidárias, que trouxeram comportamentos menos rígidos para a Faculdade.

⁷² Maria José Ferro Tavares (n. 1945) – “professora catedrática da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tendo depois transitado para a Universidade Aberta, onde se aposentou. Foi reitora da Universidade Aberta, no que constituiu o primeiro caso em que uma mulher desempenhou esse tipo de cargo académico em Portugal.” (Andrade *et al.* 2009: 25)

⁷³ Fernando António Baptista Pereira (n. 1953) – Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, é “professor na Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa desde 1979, onde lecciona História da Arte e Museologia. Director do Centro de Investigação e de Estudos em Belas-Artes. Director do Museu de Setúbal/ Convento de Jesus. Especialista em museologia e historiador de arte, responsável pela apresentação da nova edição da Gulbenkian d’A Nova História da Arte de Janson. Doutor em Ciências e Técnicas da Arte (História da Arte) pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa.” (<http://artglobalperspective.fba.ul.pt/pt/fabp.html>, consulta em 8/12/2019)

⁷⁴ Sebastião Phillippes Martins Estácio (1828-1891) – autor das *Antiguidades Monumentaes do Algarve* (1886-1891), foi um dos pioneiros da arqueologia algarvia. (Veiga 1886; 1887; 1889; 1891)

AP: *Em relação ao panorama nas outras Universidades, que ecos chegavam a Lisboa do papel da organização da investigação em Arqueologia?*

VSG: Nenhuns. A Universidade de Lisboa foi sempre pioneira na transformação e renovo da investigação em Arqueologia. Fomos os primeiros a introduzir as Pré-especializações e as Variantes em Arqueologia⁷⁵, com modalidades flexíveis de avaliação nos cursos... Na altura, consegui fazer aprovar seminários como «Neolitização do Mediterrâneo Ocidental» e outros temas menos generalistas, o que teria sido impossível noutros contextos. Mas não tínhamos doutorados. Havia todo um longo caminho a percorrer.

AP: *Com a refundação do Centro de História, a Arqueologia assumiu desde cedo um papel fundamental, muito devido à sua intervenção. Que dificuldades internas e externas sentia alguém que queria investigar em Arqueologia num Centro de História?*

VSG: Bem, tive a sorte de trabalhar desde o início com uma grande figura da Cultura portuguesa, o Joaquim Barradas de Carvalho. Ambos tínhamos o francês como segunda língua e gostávamos muito de Lucien Febvre e Fernand Braudel. Falava-se em França do arqueólogo como um «historiador militante» e essa era a ideia que nós tínhamos. Mas entre arqueólogos e historiadores há, por vezes, grandes divergências de comportamento e, mesmo, de mentalidade. Simbolicamente, a questão da gravata traduz o gosto por ela ou pelo padrão de comportamento que espreita por detrás do seu uso. Tenho várias, mas só as uso muito raramente. Agora, após a morte de Borges de Macedo, talvez duas vezes. Antes, quando tinha uma reunião com ele, punha sempre uma ao pescoço porque ele ficava contente com isso e eu era muito amigo dele. A maior parte dos historiadores são homens de gravata. Os arqueólogos, só alguns. O convívio nem sempre é fácil. No Centro, ouvi muitas vezes dizerem *sotto voce* que nós trabalhávamos demais e estávamos sempre em movimento. E as duas coisas eram verdade.

AP: *Conte-nos um pouco acerca do papel de outra instituição, o Instituto de Arqueologia da Faculdade de*

⁷⁵ A Faculdade de Letras de Lisboa inicia em pleno a Variante em 1986, depois de uma pioneira intervenção na criação de curso com Pré-especialização, em 1975.

Letras. Qual o seu papel e relação com o Centro de História, desde a sua criação até à sua extinção?

VSG: O Instituto nunca existiu verdadeiramente. Quando fui contratado pela Faculdade, o Professor D. Fernando de Almeida⁷⁶ disse-me que o pusesse a funcionar. Tínhamos uma máquina de filmar sem bateria, uma bússola que indicava o Este ou o Oeste, conforme calhava, um teodolito com imagem invertida... havia também uns caixotes com materiais romanos vindos não se sabia donde. Que fazer com isto?

AP: *Quais as motivações para avançar para o Projecto CAALG? Decorreram de interesses pessoais ou de uma necessidade institucional / do país?*

VSG: O Algarve é uma unidade muito peculiar, tanto a nível físico como «cultural», mas, como recentemente expliquei, o que me fascinou, para além da belíssima expressão da Carminda Cavaco⁷⁷, foi o facto de estar deserto de investigação arqueológica... ou de investigação arqueológica digna de esse nome. Esse vazio foi uma motivação muito forte para mim. Era um vazio tão vazio que era impossível. Tenho sempre uma ligação muito forte com as coisas de que gosto. Em África, durante dois anos, foi o Deserto de Moçâmedes, em Portugal, os grandes rios, como o Guadiana e o Tejo. Ou as planícies alentejanas... No caso do Algarve foi a riqueza potencial da informação, entrevista nos textos de Estácio da Veiga.

AP: *Nesses anos de arranque do Projecto CAALG, quais as dificuldades sentidas e facilidades que apontaria as mais importantes?*

VSG: Dificuldades foram de todo o tipo. Facilidades, nenhuma. Mas a falta de dinheiro foi talvez a pior dificuldade, acompanhadas então pela completa ausência de apoio autárquico. Associadas às dificuldades de transporte e alojamento. Para obter fundos, lembro-me de ter pedido uma entrevista ao Director do GaPA⁷⁸ de

⁷⁶ D. Fernando de Almeida (Fernando António de Almeida e Silva Saldanha) (1903-1979) – “Foi eleito académico correspondente da Academia Portuguesa da História em 1958 e Académico de Número a em 1971 sucedendo, na cadeira n.º 20, ao Prof. Doutor Manuel Heleno, seu antecessor também na cátedra de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa.” (Cardoso 2005:22)

⁷⁷ Carminda Cavaco (n. 1938) – Licenciada em Ciências Geográficas na Universidade de Lisboa, ingressa na Faculdade de Letras como Professora Assistente em 1969. “Esteve na vanguarda de um domínio específico dos estudos do Turismo, por ela iniciados em Portugal em contexto de resistência académica” (Moreno 2006: 45)

⁷⁸ Gabinete de Planeamento da Região do Algarve.

Faro. “Falaremos do que quiser”, disse-me o Engenheiro, “mas nem uma palavra sobre Arqueologia. É assunto proibido”. Contou-me então que tinha recebido e sido insultado por dois arqueólogos que lhe tinham exigido uma soma extravagante, com a ameaça de o denunciarem como fascista, pelo que ganhara alergia às actividades arqueológicas... Mas ficámos amigos e ele acabou por ajudar o CAALG.

AP: *Imagino que os recursos humanos não abundavam. Quem participava nas campanhas da CAALG?*

VSG: Alunos, alunos, alunos. No campo, no gabinete, nas casas de banho da Faculdade, porque não tínhamos outro sítio para lavar os cacos recolhidos no campo. Punhamos um letreiro na porta a dizer «AVARIADA». O Jorge Gaspar⁷⁹ passava e ria-se.

AP: *Dessa altura são também os estudos de materiais do Abrigo 1 das Bocas⁸⁰, Lapa da Galinha⁸¹ e de algumas antas escavadas por Manuel Heleno⁸² no Museu Nacional de Arqueologia (MNA). Houve desde cedo uma ligação estreita da Arqueologia da FLUL ao MNA. O que motivou essa ligação? Ainda se mantêm esses motivos ou são outros diferentes?*

VSG: Pessoalmente, sempre tive uma grande empatia com o MNA. Como o Luís Raposo⁸³ escreveu numa das suas nótulas em «O Arqueólogo Português»⁸⁴, D. Fernando de Almeida, ao dividir os materiais inéditos do MNA por um pequeno grupo de investigadores

da minha geração, reservara-me o megalitismo. Na verdade, entregara-me a fotografia integral das placas de xisto gravadas. Foi a primeira percepção que tive do gigantismo daquela colecção, ainda hoje um dos objectos do Projecto «PLACA NOSTRA»⁸⁵. A Lapa da Galinha era o que eu estava a estudar quando interrompi a minha colaboração com o Museu após a nomeação de um Director que não entendia. O caso do Abrigo 1 das Bocas é completamente diferente: Jean Guilaine⁸⁶ tinha ficado muito interessado pelo conjunto e tínhamos começado a estudar os materiais. Os carvões foram entregues para classificação e posterior radiocarbono a Fortea Pérez⁸⁷ e foi publicado um artigo incidindo sobretudo nas cerâmicas em Montpellier. Mas o projecto foi interrompido, por falta de dinheiro. Falta nossa, mas também do CNRS⁸⁸.

AP: *Que apoios financeiros se procuravam? O Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), a Secretaria de Estado da Cultura (SEC) e as autarquias locais davam apoio de igual forma? Quais as dificuldades e facilidades em obter apoios para os trabalhos de campo e de laboratório?*

VSG: Isso daria um livro. O INIC tinha pouco dinheiro. A SEC tinha a sua política e a Faculdade de Letras não estava entre os favoritos. As autarquias só muito raramente apoiavam os trabalhos, com honrosas excepções. Mais recentemente, só Coruche, que financiou o ciclo integral: escavação, restauro e estudo dos materiais, publicação...

AP: *Na década de 80, há uma profunda transformação do Centro de História. Afirma-se cada vez mais a Unidade de Arqueologia (primeiro como Unidade de Arqueologia Pré e Protohistórica, depois como UNIARCH). A que se deve essa afirmação maior e crescente?*

⁷⁹ Jorge Manuel Barbosa Gaspar (n. 1942) – “geógrafo, professor catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa até 2007, ano em que se aposentou. Autor de vasta obra em torno de questões urbanas, desenvolveu ainda uma actividade ampla e diversificada na área do planeamento urbano, tendo coordenado projectos e organismos associados a esta última actividade, alguns de âmbito internacional. (Andrade *et al.* 2009: 25).

⁸⁰ Abrigo Grande das Bocas ou Abrigo I das Bocas (Rio Maior) – Abrigo com ocupação do Magdalenense, Mesolítico, Neolítico Antigo, Idade do Bronze e Romano, escavado por Manuel Heleno em 1936-38, cujo espólio se encontra no Museu Nacional de Arqueologia. CNS 2847.

⁸¹ Lapa da Galinha (Alcanena) – Gruta natural com ocupação do Neolítico Médio, escavada por Félix Alves Pereira em 1908. CNS 12612.

⁸² Manuel Domingues Heleno Júnior (1894-1970) – Professor Catedrático e Director da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1959, onde fundou e dirigiu o Centro de Estudos Arqueológicos em 1942. Foi igualmente Conservador do Museu Nacional de Arqueologia, até 1964.

⁸³ Luís Raposo (n. 1954) – Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, foi Director do Museu Nacional de Arqueologia entre 1996 e 2012, foi igualmente Professor Convidado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa entre 2009 e 2014. Actualmente é presidente do ICOM Europa.

⁸⁴ «O Arqueólogo Português» – Revista periódica do Museu Nacional de Arqueologia, fundada em 1895 por José Leite de Vasconcelos.

⁸⁵ Projecto PLACA NOSTRA – Projecto dirigido por Victor S. Gonçalves desde 2004, sobre as placas de xisto gravadas neolíticas, que “visa a construção de um *Corpus* sobre as placas e a elaboração de estudos de referência” (Gonçalves 2004: 66).

⁸⁶ Jean Guilaine (n. 1936) – Arqueólogo. Director do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) de França, desde 1974 a 1994, Director de Estudos da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* desde 1978. Em 2018, Doutor *honoris causa* pela Universidade de Lisboa.

⁸⁷ Francisco Javier Fortea Pérez (1946-2009) – Doutoramento em 1972 pela Universidade de Salamanca, onde lecionou até 1978. Nesse mesmo ano, torna-se Professor Agregado na Universidade de Oviedo e, em 1981, Professor Catedrático da mesma Universidade.

⁸⁸ *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) – Criado em 1939, é o maior órgão público da investigação científica de França.

VSG: Algumas pessoas ainda hoje não sabem o que queria dizer UNIARCH. Literalmente, *Unidade de Arqueologia do Centro de História*. Aquando da independência, passou a UNIARQ, quando se operou a cisão entre a Arqueologia e a História. A Arqueologia crescera, e muito, mas sempre guardou traços da sua origem.

AP: *É a época do arranque do projecto ANSOR 1⁸⁹ e o esboço ESAG. Fale-nos um pouco destes dois projectos. Um que, com interrupções, continua a laborar, outro, que pretendia abarcar o primeiro, acabou por não ter seguimento, pelo menos com essa designação...*

VSG: ANSOR 1 (tal como os ANSOR 2 e 3, este último ainda em curso) partem de um projecto conjunto, meu e de Suzanne Daveau⁹⁰, o estudo da Antropização do Vale do Sorraia (que acaba de ser premiado pela Academia Portuguesa da História⁹¹). A minha ligação à Geografia sempre foi grande: Orlando Ribeiro⁹², Jorge Dias⁹³, Jorge Gaspar. O ESAG foi mais uma declaração de intenções, as penínsulas de Lisboa e Setúbal sempre foram fascinantes fontes de informação sobre as antigas sociedades camponesas, mas os meios nunca chegariam para um projecto tão amplo. Mas um pequeno rio, um conjunto de ribeiras? Que melhor rio que o Sorraia, com as suas ribeiras convergentes e as outras, perto. Com as primeiras sondagens no Paúl de Magos, tinham sido abertas questões interessantes. Agora, havia que encontrar caminhos. Caminhos *de* e *para*. Casas Novas foi um prelúdio. Sítios como o Cabeço do Pé da Erra⁹⁴, o

Barranco do Farinheiro⁹⁵ ou Entre Águas⁹⁶ têm a ver com tanta coisa: a segunda metade do 4.º milénio (subentendida), todo o 3.º milénio, a primeira metade do 2.º.

AP: *No entanto, continuavam os trabalhos no Alto Algarve Oriental. Era fácil conciliar todos os trabalhos? Certamente tinha mais acesso a recursos humanos.*

VSG: Sem dúvida. Duas investigadoras com perfis muito diferentes emergiram do grupo inicial: Ana Margarida Arruda e Helena Catarino⁹⁷. A primeira desinteressou-se da Pré-História, mas tornou-se uma notável especialista nas sociedades sidéricas, em gregos e fenícios, e na ocupação romana republicana. A segunda mergulhou na ocupação islâmica do Algarve, onde tanto permanece por estudar. A primeira criou um leque de discípulos único em universidades portuguesas, a maioria ainda hoje colaborando com o Centro de Arqueologia.

AP: *Que apoios financeiros se procuravam, agora nos anos 80? O INIC, o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), as autarquias locais continuavam a dar apoio, presumo... Quais as dificuldades e facilidades em obter apoios para os trabalhos de campo e de laboratório?*

VSG: Mais uma vez, a Secretaria de Estado e as autarquias. Mas sempre foi mais fácil obter apoios para trabalhos de campo que para trabalhos de gabinete. Talvez por o campo trazer uma visibilidade garantida (e, presumivelmente, votos em períodos eleitorais) e o gabinete só no médio tempo ganhar visibilidade. Mas não esqueça os «anos alentejanos», com as antas e os *tholoi* do Olival da Pega⁹⁸, da Herdade de Santa Margarida⁹⁹ e a Anta 2 dos Cebolinhos¹⁰⁰. Intervenções todas apoiadas pela SEC e depois pelo MC¹⁰¹.

⁸⁹ ANSOR – Projecto “Antropização do Vale do Sorraia”, dirigido por Victor S. Gonçalves desde 1982, que tem como principal objectivo a realização da leitura territorial da antropização do vale do Sorraia entre o 6.º e 2.º milénios a.n.e.

⁹⁰ Suzanne Blanche Daveau Ribeiro (n. 1925) – geógrafa franco-portuguesa com extensa obra publicada sobre a geografia de Portugal. Doutorada em Paris em 1957 é, entre 1970 e 1993, Professora Catedrática Convidada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

⁹¹ A obra *Casas Novas numa curva do Sorraia (no 6.º milénio a. n. e. e a seguir)* (Gonçalves – Sousa 2018), recebeu o Prémio Prof. Doutor Pedro da Cunha e Serra 2019, atribuído pela Academia Portuguesa da História.

⁹² Orlando da Cunha Ribeiro (1911-1997) – Um dos geógrafos portugueses com maior projecção internacional no século XX. Doutorado pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1935, foi professor da Universidade de Coimbra em 1940 e, em 1943, vem para Lisboa, onde funda o Centro de Estudos Geográficos.

⁹³ António Jorge Dias (1907-1973) – Doutoramento em Etnologia pela Universidade de Munique, foi Catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais em Lisboa, e Director da Secção de Etnografia do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

⁹⁴ Cabeço do pé da Erra (Coruche) – Povoado com ocupação calcolítica e da Idade do Ferro, estudado desde de 1983 pelo projecto ANSOR. CNS 37.

⁹⁵ Barranco do Farinheiro (Coruche) – Povoado com ocupação do Neolítico Final/Calcolítico estudado desde 2012 pelo Projecto ANSOR. CNS 34279.

⁹⁶ Entre Águas (Coruche) – Povoado com ocupação eventualmente calcolítica identificado em 2014 pelo Projecto ANSOR. CNS 35278.

⁹⁷ Helena Maria Gomes Catarino – Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, foi assistente convidada desta Faculdade no ano de 1983/84. É, desde 1984, professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde se doutorou em 1997.

⁹⁸ Olival da Pega 2 (Reguengos de Monsaraz) – Conjunto de uma anta e três *tholoi*, classificado como Sítio de Interesse Público, identificado por Georg e Vera Leisner, e escavado por Victor S. Gonçalves entre 1990 e 1997. Em estudo. CNS 590.

⁹⁹ Antas 2 e 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz) – Duas antas escavadas por Victor S. Gonçalves, em 2000 e 2001, respectivamente. CNS 15277 e 15279.

¹⁰⁰ Herdade do Cebolinho 2 (Reguengos de Monsaraz) – Anta escavada por Victor S. Gonçalves em 1996 e 1997.

¹⁰¹ Ministério da Cultura.

AP: *Nesta década surgem também novos projectos e novos investigadores ligados ao Centro (Senna-Martínez, Carlos Fabião, Amílcar Guerra), com um novo projecto – PEABMAM – Mas também as Mesas do Castelinho. Fale-nos um pouco do enquadramento destes investigadores e das receptividades / resistências na integração daqueles projectos.*

VSG: As Mesas do Castelinho foram assumidas como um grande projecto estatal de escavação e restauro de estruturas. Um reputado investigador da UNIARQ assumiu esse projecto, com a colaboração de um epigrafista, uma especialidade com poucos praticantes na época. Foi pesadamente financiada. Em alguns dos seus aspectos foi uma intervenção exemplar e modelo de um tipo de trabalho na UNIARQ.

AP: *É também em meados dos anos 80 que se inicia, no curso de História, a variante de Arqueologia. Considera que todo o papel da Unidade e a sua dinâmica foram preponderantes para este passo?*

VSG: Sem qualquer dúvida. Desde o início que eu dizia aos meus alunos mais próximos: Uma Unidade de pesquisa, uma Licenciatura, um Mestrado, um Doutoramento. E isto não era ficção da Távola Redonda. Sempre acreditei que era possível, ainda que levasse tempo, talvez demasiado para o meu gosto, mas que era necessário. E precisávamos de peões, bispos e torres. E capacidade de distinguir os cavalos dos burros. Capacidade que, às vezes, me falta. Por isso, peço desculpa.

AP: *Em 1989 assume o lugar de Secretário do Centro de História da Universidade de Lisboa, agora denominado “de Arqueologia e História”. Que razões estiveram na base dessa nova denominação?*

VSG: Era obviamente uma solução de compromisso, por isso temporária. Se vir o nosso logótipo de então (e se acreditar que raramente faço coisas por acaso) ele é escrito com letras do tempo do Imperador Augusto. Sempre fui republicano, mas Augusto foi, para mim, desde uma biografia que li nos meus tempos de Liceu, um modelo de Paz e unidade. Ainda que ambas sejam, por vezes, impossíveis ao mesmo tempo.

AP: *Surgem como membros do Centro de História, a partir do virar da década, os primeiros licenciados saídos da Variante de Arqueologia, imediatamente integrados (casos de Manuel Calado, Mariana Diniz e Teresa*

Simões). Fale-nos um pouco da necessidade e intenção de integrar esses alunos recém-formados.

VSG: Penso ainda hoje que só os verdadeiramente estúpidos não mudam. Por isso, sempre acreditei que os nossos alunos devem ser avaliados com severidade, mas apoiados sempre que precisarem. A criação de uma grande comunidade de *alumni*, o orgulho de pertencer a uma Escola, esteve ausente de todos os projectos para a Faculdade, até há pouco tempo. Acredito que esta operação, que defendo há muito, vai continuar. Que a Grande Deusa Mãe do Ocidente nos ajude!

AP: *Trata-se de um período em que escasseiam informações arquivísticas do funcionamento da Arqueologia do Centro. Consegue encontrar uma explicação para essa situação?*

VSG: Bem, as rupturas, quando existem, trazem invariavelmente danos colaterais. A separação entre a História e a Arqueologia foi levada muito a sério por alguns. No espaço comum, fechou-se uma porta a tijolo e cimento, e isto não é uma metáfora, aconteceu mesmo. Fomos remetidos para as caves do Centro, com bolores, ratos e lixo. Mas parece que nos safámos... Basta ver as avaliações...

AP: *Em que actividades se envolveu a UNIARCH de Arqueologia neste Centro de Arqueologia e História, nos primeiros anos da década de 90 do século passado?*

VSG: Foi um período de crescimento, com pausas é certo. Houve uma maior abertura e multiplicaram-se as actividades de contacto com a sociedade. Em meu entender, não é essa a nossa função primária, não existimos em função «do povo e das escolas», mas da investigação e do ensino. Mas devemos colaborar na difusão dos resultados da nossa pesquisa, de onde os «dias abertos», tanto no campo como na Faculdade. E as reacções têm sido surpreendentes.

AP: *Que apoios financeiros se procuraram nestes anos (entre 1990 e 1993) e quais os mais importantes?*

VSG: Todos os possíveis, mas, mais uma vez, algumas autarquias foram fundamentais. Não houve alteração: junto das autarquias, houve investigadores que desistiram logo, tão indiferentes foram algumas reacções. Outros, trabalharam em conjunto, melhor ou pior, durante décadas. Não podemos esquecer que, com a limitação dos mandatos, alguns autarcas sensíveis à

Arqueologia e ao Património praticamente desapareceram da cena política e o que lhes sucedeu foi, por vezes, catastrófico para nós, veja-se o caso de Reguengos de Monsaraz. E o contrário também é verdade, o que a Arqueologia nos ensina é a ver as muitas faces de uma mesma coisa.

AP: *Que razões estão na base da cisão do Centro de Arqueologia e História em Centro de História e Centro de Arqueologia, em 1993?*

VSG: A designação do Centro parece ter irritado alguns historiadores, que achavam que a Arqueologia era uma «ciência auxiliar» e o Centro deveria ser, no máximo, «de História e Arqueologia». Não fazia sentido, mas o certo é o que o desconforto foi aumentando. E com o aumento dos doutorados em Arqueologia, o inevitável aconteceu.

AP: *Quais foram os principais projectos dos primeiros anos do Centro, até ao virar do século?*

VSG: Sem dúvida, o CAALG e, logo a seguir, Castro Marim¹⁰². Depois, felizmente com muito mais recursos, as Mesas do Castelinho.

AP: *Quais eram as principais fontes de financiamento de então, uma vez que o INIC havia sido extinto?*

VSG: Entrámos na fase zero. Até ao período das avaliações externas, os financiamentos passaram a ser exclusivamente da Secretaria de Estado e de acordos com as autarquias. Tal aconteceu com Castro Marim (Ana Margarida Arruda), Mesas do Castelinho (Carlos Fabião e Amílcar Guerra), Santarém¹⁰³ (Ana Margarida Arruda), Monte Molião¹⁰⁴, que ainda continua (Ana Margarida Arruda). Outros projectos tiveram acordos locais:

PRARRÁBIDA¹⁰⁵ e ANSOR (Victor S. Gonçalves e Ana Catarina Sousa), Terras Quentes¹⁰⁶ (Senna-Martínez), PLACA NOSTRA (Victor S. Gonçalves, Marco Andrade e André Pereira), PEDRAS VERDES (Rui Boaventura, Carlos Odriozola, Ana Catarina Sousa)...

AP: *E, a terminar, que dizer das publicações do Centro, de que foi responsável até à sua jubilação?*

VSG: A terminar, a começar e pela Terra do Meio... Designado pela primeira Comissão Directiva do Centro para tratar das publicações, o meu gosto pelo papel impresso de fresco, cujo cheiro apreciei desde muito novo, junto a uma impressora Heidelberg, foi uma constante na minha vida. Estrategicamente, pareceu-me que deveríamos começar por uma Revista, a que eu e o Joaquim Barradas de Carvalho chamámos de CLIO¹⁰⁷, em honra da *Nouvelle Clio*. O primeiro número saiu em 1979. A Arqueologia lançaria duas séries, Cadernos da UNIARQ¹⁰⁸ (primeiro volume em 1989) e *estudos&memórias*¹⁰⁹ (primeiro volume em 1985). Com a independência iminente, saiu um volume designado por CLIO/ARQUEOLOGIA (1985) e, mais tarde, o número zero, dos três já publicados, de OPHIUSSA¹¹⁰ (2003-2017-2018-2019). Um pequeno detalhe: na sua primeira fase, em formato A4, Clio foi programada por mim (como todas as outras), mas com o apoio de uma *designer* profissional. Não conheço muitas Revistas científicas portuguesas, para a época, que o tenham sido. A paginação digital chegaria mais tarde, pelo que, antes disso, tínhamos blocos de papel com o espaço a

¹⁰² Projecto "A Ocupação Humana de Castro Marim durante a Antiguidade" – dirigido por Ana Margarida Arruda, desenvolveu-se em torno da ocupação humana de Castro Marim durante a Antiguidade, implicou trabalhos de escavação no Castelo da Vila (oito campanhas entre 1983 e 1987 e 2000 a 2003) e no Forte de São Sebastião, bem como o estudo da informação recolhida. Foi um projecto financiado pela FCT (POCTI/38334/HAR/2001), que contou ainda com a ajuda financeira da Câmara Municipal de Castro Marim e da Fundação Calouste Gulbenkian.

¹⁰³ Projecto da Alcáçova de Santarém, dirigido por Ana Margarida Arruda

¹⁰⁴ Projecto Monte Molião (Algarve, Lagos), dirigido por Ana Margarida Arruda, uma parceria entre a Câmara Municipal de Lagos, a Faculdade de Letras de Lisboa e a UNIARQ, iniciada em 2006.

¹⁰⁵ Projecto PRARRÁBIDA (Plano de Ação para a Conservação, Valorização e Promoção do Património Histórico, Cultural e Natural da Arrábida) é uma iniciativa conjunta dos três municípios da Arrábida, com a parceria do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, da Associação de Municípios da Região de Setúbal, da Entidade Regional de Turismo de Lisboa e da Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal, com a finalidade de Sustentar a atratividade turística do território através da centralidade Arrábida, em que participam os investigadores da UNIARQ Victor S. Gonçalves e Ana Catarina Sousa.

¹⁰⁶ Projecto "Terras Quentes" – Evolução crono-cultural do Concelho de Macedo de Cavaleiros desde a Pré-história recente, com participação activa de João Carlos de Senna-Martínez

¹⁰⁷ *Clio* – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, fundada em 1979 por Joaquim Barradas de Carvalho, Joel Serrão e Victor S. Gonçalves.

¹⁰⁸ Cadernos da UNIARQ – colecção monográfica editada pela UNIARQ/UNIARQ, fundada em 1989.

¹⁰⁹ Estudos & Memórias – colecção monográfica editada pela UNIARQ/UNIARQ, fundada em 1985.

¹¹⁰ Revista *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, cujo primeiro número (0), datado de 1996, apenas foi editado em 2003. Recentemente (2017), esta série retomou a sua actividade, com edição digital e impressa. (Gonçalves 2017)

ocupar pelas duas colunas, pré-impresso, e era corta e cola, até a Revista seguir para a tipografia... Todas as capas foram desenhadas sobre fotografias e macro-fotografias minhas e montadas, por vezes, com os apoios de Beatriz Horta Correia¹¹¹ e Pedro Gonçalves. Todo o plano editorial fazia então sentido, como faz hoje, e foi o arranque de uma série de intercâmbios frutuozos, baseados na colecção de endereços que o António Carvalho¹¹² tinha construído para a Câmara Municipal de Cascais e que foi adaptada às circunstâncias. Quando foi determinado por António Feijó¹¹³, como Director da Faculdade, que todas as publicações existentes nos Centros deveriam dar entrada na Biblioteca Central, a UNIARQ foi a primeira a entregar a sua biblioteca e, após um período curto para apreciação, todas as publicações recebidas por intercâmbio o foram. Fazer Arqueologia sem publicar os resultados obtidos é um acto criminoso. Tantos o praticaram no passado, e ainda alguns nos tempos que correm, que esta é uma faceta da UNIARQ de que justamente me orgulho e que vem desde as suas origens. Que se não diga que, se se não publica é porque não há lugar para isso. E, mais uma vez, as autarquias têm que ser envolvidas no processo. *Timeo Danaos et dona ferentes, mas...*

Entrevista escrita, encerrada em 7 de Dezembro de 2019



Ana Margarida Costa Arruda dos Santos Gonçalves (n. 1955)

Investigadora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde lecciona desde 1993. Doutorou-se em História, com especialização em Arqueologia, em 2000, na mesma Faculdade. Acompanha a história do Centro de Arqueologia desde a sua génese.

André Pereira (AP): *Gostava de lhe colocar algumas questões acerca da génese do Centro de Arqueologia entre as décadas de 70 e 90 do século XX. A primeira é sobre o período «quente» do pós-Abril de 1974. A Professora era aluna na Faculdade. Que imagem e ideia guarda desse tempo dos corredores da Faculdade, da Arqueologia na Faculdade, dos Professores, dos Alunos...?*

Ana Margarida Arruda (AMA): A Faculdade era uma ágora permanente [risos]... e muito bem distribuída por todos os espaços que existiam. Foi um período muito generoso e em permanente efervescência... uma festa... foi uma festa... O 25 de Abril na Faculdade de Letras foi uma festa. Havia um grupo de estudantes que fazia arqueologia, sobretudo do segundo e do terceiro anos, e que incorporava gente que estava ligada ao GEPP (Grupo para o Estudo do Paleolítico Português)¹¹⁴, que funcionava em grande parte também no Museu Nacional, sob alçada do Professor D. Fernando (que eu já não apanhei como professor na Faculdade – quando cheguei ele já se tinha reformado). Havia paralelamente, ainda que incorporasse muitas pessoas desse mesmo grupo, os estudantes que praticamente dirigiam e estavam à frente do Projecto de

¹¹¹ Beatriz Horta Correia (n. 1962) – Estudou Design e Cerâmica no IADE e Desenho no Ar.Co. Desenvolve trabalho artístico na área do desenho, escultura e cerâmica. Desde 1983 trabalha em projectos de design na área de edição, cartaz, embalagem, ilustração, identidade corporativa, merchandising, produto e exposições principalmente no âmbito de actividades culturais, para Museus, Monumentos e outras instituições

¹¹² António Manuel Gonçalves de Carvalho (n. 1965) – licenciado em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, desde 1987 foi Técnico-Superior da Câmara Municipal de Cascais, atingido o cargo de Director do Departamento de Cultura na autarquia até 2012, data em que se torna Director do Museu Nacional de Arqueologia, funções que desempenha actualmente.

¹¹³ António Maria Maciel de Castro Feijó – Licenciado em Estudos Anglo-Americanos pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1977, doutorou-se em Literatura Inglesa e Americana pela Universidade de Brown em 1985. Entre 2008 e 2013 foi Director e Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e vice-reitor da Universidade de Lisboa até 2019.

¹¹⁴ Grupo de Estudos do Paleolítico Português (GEPP) – pequena associação informal com origem de entre os estudantes universitários da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em inícios dos anos 70. (Silva 2009-2010).

Arte Rupestre do Vale do Tejo¹¹⁵. Havia muitos intervenientes ligados à Arqueologia, muitos estudantes que faziam arqueologia, tendo a actividade sido muito discutida, também com os professores que na altura eram o Victor Gonçalves e o Luís de Matos¹¹⁶, professores de arqueologia que estavam na Faculdade de Letras nessa altura alocados ao “Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa”. Houve grandes debates sobre a Arqueologia na Faculdade, sobre a própria Arqueologia em geral, as correntes processualistas... não, não eram processualistas na altura... entre as correntes marxistas e as correntes estruturalistas (que, no fundo, são uma espécie de *enfant terrible* dos marxistas, ou um sucedâneo, uns *compagnons de route* – melhor dizendo – dos marxistas), e havia grandes debates na Faculdade também sobre a reestruturação do curso de História, sobre as reestruturações dos cursos todos onde se geraram as “pré-especializações”, e a de Arqueologia foi uma delas: era uma licenciatura em História com Pré-especialização em Arqueologia, que arrançou logo no ano lectivo 1975-76, ou talvez mesmo em 1974-75.

AP: *E é então, nesse âmbito, que nasce o novo Centro de História, que se reestrutura o Centro de História?*

AMA: Não é bem... sim, também... é tudo ao mesmo tempo, acontece tudo um bocadinho ao mesmo tempo. Nesse âmbito, em janeiro de 1976, ou final de 75, há uma comissão proponente para propor a fundação de um Centro de História, para reestruturar o antigo Centro de Estudos Históricos, e essa comissão proponente que era composta por pessoas como o Professor Joel Serrão¹¹⁷, o Professor Barradas de Carvalho, a Professora Maria José Trindade, o Professor António Borges Coelho e o Professor Victor Gonçalves que propõem, nessa

altura, creio que ainda ao IAC – Instituto de Alta Cultura –, a fundação ou refundação do Centro de História. Em 76 essa decisão é tomada oficialmente e o Centro entra em funcionamento a 2 de setembro de 1976, sobretudo porque entre abril e setembro há uma fase em que já há aprovação para o Centro, mas o Centro começa a funcionar a 2 de setembro.

AP: *E é por essa altura também que o Projecto da Carta Arqueológica do Algarve arranca, não?... Ou um bocadinho depois?*

AMA: Não. Há, no início do Centro de História, que se chama na altura Centro de História *das Universidades de Lisboa* – uma vez que a Universidade Nova estava ainda em fase de instalação, digamos assim –, uma série de linhas e uma delas é a de História Antiga. Incorpora, para além do Professor Victor Gonçalves, outros docentes que entretanto tinham entrado na Faculdade, que trabalhavam em arqueologia. Essa linha de acção, ou linha de trabalho, era dirigida pelo Professor António Borges Coelho. Essa linha correu mal. Havia muitas picardias entre os vários membros do grupo, havia alguma tensão, pelo que o Professor António Borges Coelho se demitiu de director da tal linha. A Arqueologia ficou de alguma maneira suspensa no centro. Na altura, o Professor Victor Gonçalves trabalhava sobretudo no Museu Nacional de Arqueologia, nas antas do Heleno; depois arrancou um projecto sobre Alcobça¹¹⁸. Isto porque o Projecto Carta Arqueológica do Algarve só é institucionalizado em 1977... só arranca em 1977.

AP: *E a sua inclusão é, desde início, neste projecto?*

AMA: Não. Eu estou ligada ao projecto desde o início. Porém, eu sou funcionária do Centro desde 2 de Setembro de 1976.

AP: *Portanto, desde a formação do Centro...*

AMA: Quando o centro se funda eu, por mão da Professora Maria José Trindade, sou incorporada no Centro para tratar da Biblioteca. Há dois funcionários: um era a Teresa Ferreira¹¹⁹ e outra era eu mesma, ambas estu-

¹¹⁵ Durante pouco mais de 2 anos, até Abril de 1974, o GEPP, com uma equipa de estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a coordenação programática de Eduardo da Cunha Serrão com o próprio GEPP, trabalhou intensamente na região de Vila Velha de Ródão, prospetando ambas as margens do Tejo.

¹¹⁶ José Luís de Matos – Leccionou Arqueologia Clássica e Medieval, História Clássica e História da Cultura em Universidades de Lisboa, dirigiu trabalhos de investigação arqueológica de campo durante dezenas de anos, publicou livros e artigos sobre temas de arqueologia, de património cultural e história religiosa.

¹¹⁷ Joel Justino Baptista Serrão (1919-2008) – Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, foi professor do Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, e da Faculdade onde se licenciou, tendo depois ido para a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É co-fundador do Centro de História das Universidades de Lisboa, em 1976.

¹¹⁸ Estudo dos materiais provenientes das escavações de Manuel Vieira da Natividade nas primeiras décadas do século XX, por Victor S. Gonçalves (Gonçalves 1978).

¹¹⁹ Assumiu, em 1979, a coordenação dos serviços centrais do Centro de História da Universidade de Lisboa (Carvalho – Serrão – Gonçalves 1979: 183).

dantes na Faculdade: eu no terceiro ano, ela no quarto ano, ou talvez no quinto, já não me recordo. A proposta da incorporação da primeira parte do Professor Joel Serrão e eu entro pela mão da Professora Maria José Trindade. A Teresa tratava de questões ligadas ao secretariado do Centro (ofícios, etc.) e eu fiquei encarregada da Biblioteca, onde fiz ficheiro manual, evidentemente, didascálico e onomástico, ficheiros tradicionais, tarefa de que me ocupei por largos anos... vá, por alguns anos. Entretanto, no Centro fundam-se dois projectos autónomos: o *Roteiro de Fontes da História Contemporânea de Portugal*, que era dirigido pelo Professor Joel Serrão e pela Professora Miriam Halpern Pereira¹²⁰ – lá está, uma pessoa que vinha da Universidade Nova, e que estava aqui porque o Centro era “*das Universidades de Lisboa*”, a que ficou relativamente adstrita, digamos assim, a minha colega Teresa Ferreira; e um outro projecto, o da Carta Arqueológica do Algarve, o Projecto CAALG, a que eu fiquei ligada a partir da sua fundação, mas sempre cumprindo as minhas funções de Catalogadora de 1.ª, que era aquilo que eu era nas folhas de registo do INIC, entretanto fundado. Era catalogadora de 1.ª, mas ligada ao Projecto CAALG, enquanto a Teresa ficou ligada ao Projecto Roteiro de Fontes da História Contemporânea de Portugal.

AP: *Projecto CAALG que envolvia, obviamente trabalhos de campo, não era? E algumas pessoas...*

AMA: Sim, que envolvia vários colegas, vários alunos, vários estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa, na altura no segundo ano, e que implicou trabalhos de campo, nomeadamente de prospecção e de escavação. Que tem uma génese muito particular, porque na altura havia um processo de descentralização da Faculdade. A Faculdade descentralizou-se e fundaram-se dois centros de apoio, o Centro de Apoio de Faro e o Centro de Apoio da Madeira. Os professores do Departamento de História davam, aos fins-de-semana, apoio, traduzido em aulas e acompanhamento de trabalhos a estudantes que quer em Faro quer na Madeira, para onde

se dirigiam, uns para cada lado. Nessa altura houve vários alunos que estavam a tirar as suas licenciaturas nesses centros de apoio, nomeadamente neste caso no Algarve, sendo que o Professor Victor Gonçalves era um dos professores desse centro de apoio, e houve alguns contactos com essas pessoas, esses estudantes, na generalidade mais velhos. Eram umas aulas um bocadinho mais informais do que aquelas que ocorriam na Faculdade e houve também uma série de Seminários paralelos a essas aulas. Aliás, nesse centro de apoio de Faro tem génese não só o Projecto CAALG como o próprio Projecto Mértola. O Victor Gonçalves ia com o António Borges Coelho e com o Cláudio Torres¹²¹ de carro ao Algarve. É na altura em que o Cláudio Torres conhece o então Presidente da Câmara de Mértola, e o Victor contacta com alguns alunos que são da Serra do Algarve, nomeadamente um, mais especificamente, o Inácio, que diz “Lá para as minhas terras, lá para o Cachopo, para o Ameixial, para o Alto Algarve Oriental, existem uns monumentos. Quer lá ir ver?”. Nessa altura nós vamos... o Victor vai e, enfim, confronta-se de facto com um património arqueológico pouco conhecido, num território desértico em termos de investigação, e avança-se então com o projecto cuja primeira campanha tem lugar em 1977, creio que em setembro, talvez.

AP: *E como é que as comunidades locais reagiam à chegada de arqueólogos?*

AMA: Muito bem, muito bem. Reagiram muito bem porque nós tínhamos esse elo de ligação que era o tal Inácio, que era primo da comunidade que vivia na Mealha, no Monte da Mealha, monte que, no Algarve, não tem exactamente o mesmo sentido ou a mesma definição que no Alentejo. Um monte é, apesar de tudo, uma povoação que envolve vários habitantes e várias células habitacionais, uma espécie quase de alcaria medieval. E, se tivéssemos lá chegado sozinhos, a probabilidade de haver problemas era grande... aliás isso foi-nos dito várias vezes... “Só vos abrimos as portas [nomeadamente para instalação, que era paga, note-se] porque o Inácio é nosso primo e garantiu que...”. A partir daí a integração foi muito fácil. Fizemos também um esforço

¹²⁰ Miriam Halpern Pereira (n. 1937) – Licenciada em História e Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1962, doutorou-se em História na Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de Sorbonne sete anos depois. Entre 2001 e 2004 foi directora-geral dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. É Professora Catedrática Emérita de História do ISCTE/Instituto Universitário de Lisboa, onde fundou o Centro de Estudos de História Contemporânea.

¹²¹ Cláudio Torres (n. 1939) – Fundador e Director do Campo Arqueológico de Mértola, leccionou na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa entre 1974 e 1986. Foi galardoado com o Prémio Pessoa em 1991 e Doutor *honoris causa* pela Universidade de Évora, em 2001.

de adaptação. Eramos muito citadinos e muito urbanos e fomos viver para condições duríssimas, sem água, sem luz, sem casas de banho, sem quaisquer condições mínimas de habitabilidade. Não havia quaisquer possibilidades de comprar nem que fosse uma caixa de fósforos... era preciso andar 30 quilómetros de jipe, e portanto foi difícil, mas muito proveitoso, de alguma maneira até mesmo em termos pessoais.

AP: *E depois chegamos aos anos 80, em que a Unidade, primeiro assumida como Unidade de Arqueologia Pré e Proto-histórica, depois como a UNIARCH – CH de Centro de História...*

AMA: Portanto, a Unidade de Arqueologia do Centro de História. Esse projecto dura até 85... aliás, continua ainda hoje, não é? De alguma maneira não foi projecto que se tenha abandonado. Continua-se a fazer a Carta Arqueológica do Algarve, com prospecções nos quadros da minimização dos impactos nas albufeiras das barragens do Beliche e do Odeleite... ainda há poucos anos continuei a fazer prospecções nos concelhos de Alcoutim e de Castro Marim com o Carlos Filipe Oliveira¹²². Portanto, nós continuamos a fazer a Carta Arqueológica do Algarve, mas a dada altura houve outros projectos. Em 1985 foi a última campanha de Santa Justa¹²³, mas entretanto outros projectos nasceram, também no Algarve, nomeadamente eu iniciei escavações em Castro Marim em 83. Escavou-se na Quinta do Lago¹²⁴ no concelho de Loulé, escavou-se em Paderne¹²⁵, escavou-se em Salir¹²⁶, a Helena Catarino – que fazia parte, desde o primeiro momento, do CAALG – escavou no Castelo Velho de Alcoutim¹²⁷, no

Castelo da Vila de Alcoutim¹²⁸, fizemos também trabalhos em Vale do Bôto¹²⁹, um sítio romano e islâmico do concelho de Castro Marim, enfim... Mas também se alargou a investigação a outras áreas geográficas. Daí que esse CAALG acabou por se transformar, nunca morreu e permanece vivo, de alguma maneira transforma-se, assume um papel de relevo no Centro de História, quando se transforma em Unidade de Arqueologia do Centro de História.

AP: *É também na década de 80, na segunda metade, que alguns investigadores actuais da UNIARQ chegam ao Centro com os seus projectos, nomeadamente o Professor Senna-Martínez com o PEABMAM e os professores Carlos Fabião e Amílcar Guerra, começando o projecto das Mesas do Castelinho. Como era a integração, relação, comunicação com esses investigadores?*

AMA: Era muito boa. A relação era muito simpática, muito afável, muito amigável. Foram muito bem recebidos, evidentemente, e muito bem integrados, de tal maneira que ainda hoje cá se mantêm... e havia muita comunicação a nível de informação e muito debate e inclusivamente havia boas relações pessoais e científicas, com trabalhos conjuntos inclusivamente. Eu nessa altura cheguei a fazer trabalhos conjuntos com o Professor Fabião sobre o Algarve, justamente.

AP: *Portanto, o Algarve está sempre na história do Centro, e ainda hoje, não é?*

AMA: E ainda hoje... ainda hoje...

AP: *Em 1989, o Professor Victor Gonçalves assume o lugar de Secretário do Centro... em 89/90, portanto considera que há todo um crescendo de importância da Arqueologia no Centro de História que leva de facto a figura da Arqueologia do Centro de História, que é o Professor Victor Gonçalves, a assumir esse cargo?*

AMA: Sim, eu acho que o papel do Professor Victor Gonçalves foi muito relevante na construção do Centro porque deu o relevo que a Arqueologia necessitava de ter no Centro de História e que não tinha desde

¹²² Carlos Filipe Pereira Pinto de Oliveira (n. 1979) – Licenciado em História, Variante de Arqueologia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Mestre em Pré-História e Arqueologia pela mesma Faculdade, onde se encontra a preparar a sua dissertação de doutoramento, desempenha funções de Técnico Superior na Câmara Municipal de Silves.

¹²³ Cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim) – Povoado Calcolítico fortificado, classificado como Imóvel de Interesse Público, escavado sob direcção de Victor S. Gonçalves entre 1979 e 1984. CNS 145.

¹²⁴ Quinta do Lago / Tejo do Praia (Loulé) – Povoado de ocupação medieval islâmica, com escavações sob direcção de Ana Margarida Arruda e Victor S. Gonçalves, de 1984 a 1998. CNS 7212.

¹²⁵ Castelo de Paderne (Albufeira) – Castelo com ocupação medieval islâmica a moderna, com escavações sob direcção de Helena Catarino entre 1987 e 2005. CNS 3284.

¹²⁶ Castelo de Salir (Loulé) – Castelo com ocupação medieval islâmica e medieval cristã, com escavações sob direcção de Helena Catarino entre 1987 e 1988. CNS 1012.

¹²⁷ Castelo Velho de Alcoutim – Castelo com ocupação medieval islâmica, classificado como Imóvel de Interesse Público. Escavado sob direcção de Helena Catarino, entre 1985 e 2000. CNS 2649.

¹²⁸ Castelo de Alcoutim – Castelo com ocupação desde a Idade do Ferro até época contemporânea, classificado como Imóvel de Interesse Público. Teve escavações de Helena Catarino entre 1984 e 1992. CNS 2650.

¹²⁹ Vale do Bôto (Castro Marim) – Povoado com ocupação romana e medieval islâmica, com escavações sob direcção de Ana Margarida Arruda e Helena Catarino em 1981 e 1982. CNS 1178.

1958 e, a partir daí – a partir de 90, o centro passará mesmo a chamar-se “Centro de Arqueologia e História” – toda a importância que a Arqueologia tem no Centro de História, que também tem contextos, digamos assim, de vária natureza e de sensibilidades diversas... o Professor Barradas de Carvalho, que foi fundador do Centro de História das Universidades de Lisboa era um homem que, ainda que sempre ligado à História Moderna, foi uma pessoa muito sensível a esse tipo de questões, já como anteriormente, de alguma forma, o Professor Jorge Borges de Macedo ainda antes da revolução, quando era Director do Centro de Estudos Históricos, compreendeu a importância, tendo por exemplo disponibilizado algumas verbas, para financiar o pagamento de desenhos, nomeadamente ao Dr. Rui Parreira¹³⁰. E há artigos do Professor Victor Gonçalves que estão publicados n’«O Arqueólogo Português» que têm desenhos do Rui Parreira, desenhos esses que eram financiados pelo Centro de Estudos Históricos porque o Professor Borges de Macedo entendeu essa importância. Apesar de tudo, o papel de relevo que a Arqueologia adquire no Centro de História vai num crescendo, evidentemente e, do meu ponto de vista, em grande parte deve-se ao papel que o Professor Victor Gonçalves tem, pela sua tenacidade, sobretudo, e pela capacidade de “impor”, através de trabalho produzido e de informação produzida (não de política, mas de trabalho), a importância que a Arqueologia, de facto, podia ter no Centro de História.

AP: *É também o período [anos 90] em que alguns arqueólogos e investigadores da UNIARQ, da “nossa praça”, nomeadamente Manuel Calado, Mariana Diniz, Teresa Simões, trabalham no Centro e são assumidos como investigadores do Centro...*

AMA: Tinham acabado de se licenciar...

AP: *Exactamente. É a primeira “leva” dos licenciados na Variante e são imediatamente integrados. Como é que o Centro os recebia – já percebi que na fase inicial da CAALG já há alunos... sempre houve essa relação e esse apoio aos jovens investigadores, alunos recém-formados, um*

impulso, um empurrão para que de facto na vida activa de investigação?

AMA: Sim, o Manuel, a Teresa, a Mariana, que se licenciaram em 1989, creio eu... ou 88, eventualmente... 88/89 (não tenho bem a certeza)¹³¹, sendo já eram colaboradores permanentes do Centro, tornaram-se investigadores. É como eu dizia há pouco: o ambiente foi sempre muito amigável, na recepção a todas as pessoas que quisessem colaborar quer no trabalho de campo, quer também no de gabinete.

AP: *Nesse período também reparei que há uma falha nos arquivos consultados quer no Arquivo do Centro de História, quer no Arquivo do INIC, agora no Arquivo da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). A que é que acha que se deve essa falha de, por exemplo, documentação de actas de reuniões, etc., do período entre 90 e 93, creio eu. Foi uma época concentrada em muito trabalho, o que pode ter levado à não preservação da memória, ou eventualmente estará ainda num arquivo por descobrir ou reunir?*

AMA: Eu acho que sim... eu acho que sim. Os papéis andarão por aí... é preciso fazer uma escavação arqueológica porque há muitíssima coisa que aconteceu nesses anos e, certamente, os arquivos estarão por aí. Estão ainda é por encontrar.

AP: *Isso leva-me à seguinte questão: em 1993 – financeiramente em 94 – separaram-se o Centro de História do Centro de Arqueologia. Quais foram as razões dessa separação?*

AMA: De facto, a Arqueologia dentro do Centro tinha ganho uma dimensão que já justificava a sua própria autonomia enquanto Centro de Arqueologia, um bocado também como a História da Arte, que depois também acabou por se separar do Centro de História num determinado momento. Ganhou, em termos de projectos de investigação, em termos de publicação, em termos de afirmação, inclusivamente em termos nacionais e internacionais, uma dimensão que justificava essa autonomia. Foi uma saída amigável, não foi uma ruptura, pelo contrário, foi uma saída muito amigável, mas na percepção de que já não cabíamos ali não porque não nos quisessem, mas porque de facto tínhamos crescido muito, quer em termos de investigadores, quer em termos de trabalho produzido.

¹³⁰ Rui Jorge Zacarias Parreira (n. 1954) – Arqueólogo da Direcção Regional de Cultura do Algarve, licenciou-se em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1977. Nove anos mais tarde Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹³¹ Foi em 1990.

AP: *E os projectos mantinham-se no Algarve? Reguengos de Monsaraz é também nessa altura, um bocadinho antes, talvez... com o Professor Victor Gonçalves.*

AMA: Sim. O Professor Victor Gonçalves tem uma série de fases, não é?... um bocadinho como o Picasso [risos]. Tem a fase Cascais, tem a fase Reguengos, tem a fase Tejo-Sorraia... mas nunca se perdeu a ligação ao Algarve... Eu continuei sempre a fazer trabalhos em Castro Marim e a publicar trabalhos sobre Castro Marim – inclusivamente depois há um momento em que inicio trabalhos já no barlavento – mas continuaram a desenvolver-se trabalhos de minimização de impactos, que é mais ou menos nessa época, já com o Professor Manuel Calado, por exemplo, em várias áreas do Algarve. O Algarve nunca saiu da órbita, primeiro do Centro de História e depois do Centro de Arqueologia. Permaneceu como uma herança que nós tratamos bem e acarinhámos, de tal maneira que, para além do Professor Victor Gonçalves, que publicou os livros que resultam da sua dissertação de Doutoramento “Megalitismo e Metalurgia do Alto Algarve Oriental”, livro que se cita porque sim, porque é o primeiro, porque abriu caminhos. Outros se seguiram, o último dos quais, evidentemente, é a tese da Professora Catarina Viegas¹³², que volta a ser sobre o Algarve. O Algarve permanece. Nós inclusivamente voltámos a fazer escavações no Castelo de Castro Marim... estão previstos agora trabalhos quer para Corte João Marques¹³³, quer para Santa Justa, nos concelhos de Loulé e Alcoutim. O papel do Professor Victor Gonçalves na gestão e na importância que a Arqueologia assume na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sobretudo a partir dos anos 90, é inegável, tentando e conseguindo ligar um centro de investigação a uma área de estudos, ou seja, conseguiu fazer uma licenciatura em Arqueologia, um mestrado em Arqueologia, um doutoramento em Arqueologia, todos ligados ao Centro. O que se deve muito ao facto da sua tenacidade natural e característica, porque é aquela pessoa que faz, e faz acontecer... consegue

fazer acontecer e luta para fazer acontecer. E, portanto, consegue ligar a investigação e o ensino.

AP: *Ainda assim, esses graus de estudo acabam por chegar um pouco depois de Coimbra e do Porto, que são pioneiros nesse campo. Considera que, se não fosse o Professor Victor Gonçalves, tardariam mais? Alguém assumiria esse papel?*

AMA: Pois... isso já não sei, já não posso garantir. Aquilo que sei é que efectivamente a partir da obtenção do seu grau de doutor, o Professor Victor Gonçalves, pode fazê-lo. Em Coimbra havia pessoas mais velhas e já com outro tipo de posição na Academia, tendo podido levar por diante, mais cedo, essa graduação ou esses graus de estudo. Em Lisboa foi necessário esperar mais um tempo porque o Professor Victor Gonçalves é claramente mais novo do que o Professor Alarcão¹³⁴. A partir da altura em que houve capacidade de negociação, porque se senta em outras reuniões, nomeadamente no conselho científico, tem a capacidade de propor essa licenciatura, primeiro, esse mestrado e esse doutoramento, depois. O próprio mestrado é primeiro chamado de Mestrado em Pré-história, porque não havia ainda ninguém com grau académico que pudesse assegurar um mestrado em Arqueologia Clássica ou em qualquer outra área.

AP: *Vamos então voltar um bocadinho atrás e chegando aos anos 90. Ao nível do financiamento entre as décadas de 70 e 90, quais foram as melhores alturas? Onde se ia buscar financiamento? O apoio era variado? A procura de financiamento era árdua? Havia dificuldades?*

AMA: Dificuldades há sempre. Nunca vivemos na abundância [risos].

AP: *Há alturas melhores...*

AMA: Há alturas melhores. A partir de 76 nós dependemos do INIC e, portanto, os financiamentos chegavam e eram distribuídos pelos projectos e pelas linhas de acção, que, a dada altura, se reduziam apenas a duas. Mas eram manifestamente insuficientes para assegurar longuíssimas campanhas de trabalho de campo,

¹³² Catarina Ferrer Dias Viegas Taveira (n. 1967) – Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, licenciou-se em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tendo-se doutorado, em 2009, em História, especialização em Arqueologia, na Faculdade de Letras, com a dissertação “A ocupação romana do Algarve – estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano”. Actualmente desempenha também funções de subdirectora na UNIARQ, desde 2016.

¹³³ Corte João Marques (Loulé) – Povoado calcolítico escavado sob direcção de Victor S. Gonçalves entre 1978 e 1979. CNS 2651.

¹³⁴ Jorge de Alarcão (n. 1934) – Professor Catedrático aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e doutor *honoris causa* pelas Universidades de Bordéus (1985) e de Santiago de Compostela (1996). Entre 1967 e 2000 foi director do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

como por exemplo em Santa Justa, em que chegou a haver uma campanha que durou quatro meses. Em 1979 e 1980 estivemos no campo até Novembro ou mais.... Portanto, houve muito recurso a apoios locais, nomeadamente autárquicos mas, sobretudo, de instituições que neste momento estão extintas, como o Governo Civil de Faro ou, inclusivamente, de organismos que na altura se chamavam os Gabinetes de Planeamento – naquele caso – do Algarve, onde fomos buscar apoio. Também tivemos apoio técnico, nomeadamente ao nível de equipamentos, de níveis, teodolitos, dessas mesmas instituições ou das Assembleias Distritais (outra instituição que também já não existe neste momento). Mas o meu próprio vencimento foi sempre assegurado pelo INIC, havendo um momento em que deixo de ser Catalogadora de 1.ª, que não sei qual a equivalência actual a tal cargo – até porque nem sei se ainda há catalogadores... –, para passar a ser Técnica Superior de 2.ª e, mais tarde, entro na carreira da investigação, como Estagiária de Investigação, sempre no Centro. Mas em termos financeiros, os momentos piores estiveram na fase de transição...

AP: *Portanto, do fim do INIC até à FCT... aquela JNICT que estava “por cima” e que tinha sido fundada em 67...*

AMA: Exactamente. Foram os momentos piores, porque quando o Centro de Arqueologia se autonomiza não é imediatamente apoiado pela FCT.

AP: *Ainda não existe FCT na altura... exactamente.*

AMA: Mesmo após a fundação da FCT, foi necessário iniciar um processo de aceitação – isto é como entrar na União Europeia – propondo-se a fundação de um novo Centro. Essa proposta, que vai para a FCT, demora o seu tempo a ser aprovada. De qualquer forma, e antes disso, após a extinção do INIC, foram anos maus... governava o Professor Cavaco Silva¹³⁵, que tinha extinguido a Instituição... e a própria JNICT, na altura, não se sentiu particularmente confortável com a situação e houve várias negociações a nível político... a outro nível, enfim... Mas terão sido os dois piores anos. A fase em que esperamos a aceitação do nosso Centro de Arqueologia, também não é boa, não temos financiamento nenhum

AP: *No entanto, continua-se a trabalhar. Houve sempre forma de ir buscar financiamento. Parcerias, protocolos...*

AMA: Sempre. Porque houve sempre a tentativa de promover o Centro no exterior. Não só uma promoção interna, na Faculdade, da Arqueologia, do trabalho que os arqueólogos faziam, com exposições na Sala de Exposições (actual Sala de Actos), exposições no Átrio, conferências... mas uma promoção externa, no Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, com a assinatura de protocolos com esse mesmo museu, mas também com o Centro de Física Nuclear; na promoção internacional, no CNRS, nas universidades espanholas... Sempre se sentiu essa necessidade, que se levou a efeito com sucesso... de promoção interna e externa, que era conseguida também, e fundamentalmente, à custa da participação dos investigadores – “Ah! São os do Centro de História” – em congressos nacionais, em congressos internacionais, em conferências no Museu Nacional de Arqueologia, na Associação dos Arqueólogos Portugueses¹³⁶... e na publicação de livros, na publicação de folhetos, na publicação de revistas científicas da especialidade, sobretudo, na época, nacionais, mas também já em algumas revistas internacionais, na participação em congressos internacionais... apostou-se muito nisso... em congressos em França, Espanha, na Tunísia... enfim, na projecção externa. E, portanto a dimensão que a Arqueologia da FLUL e do Centro de História, primeiro, e de Arqueologia, depois, ganha também deve muito, naturalmente, à internacionalização, que começa logo em 1977 e em 1978, com todo esse tipo de actividades e, sobretudo, na Escola também. Lembro-me, pelo menos, de duas ou três exposições que foram concretizadas sobre a Carta Arqueológica do Algarve, sobre o CAALG, na Sala de Exposições, actual Sala de Actos. Na altura fotografava-se muito menos do que se fotografa hoje. No entanto, imagino que haverá algum registo fotográfico desse tipo de trabalhos e, como o André sabe muito bem, o Professor Victor Gonçalves promoveu sempre essas exposições dentro da Escola, para que nunca se perdesse a imagem, que correspondia claramente à realidade, da importância da Arqueologia na Escola, uma ciência que tem objectivo e método – portanto, é uma ciência –, que contribui para o desenvol-

¹³⁵ Aníbal António Cavaco Silva (n. 1939) – Antigo líder do Partido Social Democrata (PSD), foi Primeiro-Ministro de Portugal entre 1985 e 1995 e o 19.º Presidente da República, entre 2006 e 2016.

¹³⁶ Associação dos Arqueólogos Portugueses – fundada em 1863, é a mais antiga associação de defesa do património em Portugal.

vimento dos estudos em História, em qualquer época, mas que tem uma metodologia própria. Numa Faculdade de Letras onde, por vezes, se corria o risco de os nossos colegas de Literatura Francesa, ou de outra qualquer área, não entendessem completamente o trabalho que nós desenvolvíamos... porque, enfim, os arqueólogos são sempre muito vistos como “aqueles senhores das pedras”. Foi preciso explicar a todos esses colegas que nós não somos “aqueles senhores das pedras”, que também fazemos outro tipo de ciência mas, sempre enquadrada, naturalmente, em determinados contextos, também literários, culturais... perspectivas historiográficas e história das mentalidades social, económica... para usar uma terminologia da fundação do Centro. E isso, foi muito conseguido através dessa promoção interna, que foi feita e conseguida com muito sucesso.

Entrevista presencial em 26 de Novembro de 2019, no Gabinete G10 da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa



João Carlos de Freitas de Senna-Martínez (n. 1948)

Professor Associado aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Investigador da UNIARQ. Licenciado em História e Doutorado em Pré-História por esta Faculdade, onde leccionou desde 1979 até 2012.

André Pereira (AP): *Vou colocar-lhe algumas questões acerca da génese do Centro de Arqueologia, ainda enquadrado no centro de História, e do seu papel e participação na construção dessa unidade de investigação. Gostava que falasse um pouco da sua entrada na Faculdade no Curso de História. Como foram os seus anos de curso? Qual era a relação com a Arqueologia dentro da Faculdade, Centro ou Instituto, ou eventualmente outras unidades?*

João Senna-Martínez (JSM): Eu estava em Moçambique quando comecei por fazer universidade lá em Engenharia de Minas, 3 anos. Experimentei ainda um ano de Geológicas, mas, enfim, de facto toda a minha apetência ia para o lado da Arqueologia. Enquanto aluno da Universidade fundei com uns colegas um centro de Arqueologia, o centro de Estudos de Arqueologia da EAM¹³⁷, da Associação Académica, e comecei a estudar coisas que se ligavam, primeiro com o Paleolítico e, depois, com a Idade do Ferro do Sul de Moçambique. Foi nesse contexto que acabei por mudar para História. Fui direitinho para a tropa como na altura nos acontecia a quase todos e foi já no serviço militar que eu fiz o primeiro e o segundo ano do bacharelato. E, quando saí, regresssei à Universidade, fui dar aulas para o secundário, para fazer o terceiro ano, e é nesse

¹³⁷ Estudos de Arqueologia da EAM – integrado inicialmente no Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa, então sob Direcção do Professor Castro Nunes, viria a tornar-se no Programa de Estudo Arqueológico da Bacia do Médio e Alto Mondego (PEA-BMAM)

contexto que acontece o 25 de Abril. Eu já estava ligado a um grupo de alunos de História... na altura não havia outra coisa... que trabalhava no Instituto de Investigação Científica de Moçambique com o Professor Gaspar Soares de Carvalho¹³⁸ em Geomorfologia do Quaternário e Pré-história. Na sequência do 25 de Abril, praticamente o grosso desse grupo e mais uns outros colegas, juntamente comigo, fizemos parte, como alunos, de uma comissão do Departamento de História, para reformular a Licenciatura. É dessa forma que eu acabo por sintetizar e produzir um projecto final, na altura em que vem para a Universidade trabalhar, já em contexto do governo de transição para a independência, o Dr. Fernando Ganhão¹³⁹, que tinha sido aluno desta casa – daqui tinha saído para Varsóvia para acabar lá a licenciatura e a sua formação – e era um dos quadros que ensinava História de África e de Moçambique no Instituto da Frelimo em Dar-es-Salaam. Quando chega já tem a informação de que ele será, provavelmente, o próximo reitor. É no contexto de ele vir trabalhar conosco que nos conhecemos e o primeiro despacho reitoral quando ele veio reitor, já em dezembro de 74, é nomear um conjunto de jovens bacharéis, entre os quais eu, equiparados a assistentes, na Universidade, a trabalhar. Nessa lógica voltei ao campo, voltei a fazer arqueologia. Fiz dois anos como cooperante mas, entretanto, mulher grávida, filha a nascer, circunstâncias a complicarem-se localmente, decidimos vir e, eu assim que vim, uma das primeiras coisas que fiz foi vir à Universidade de Lisboa ver como é que concluía a licenciatura, na altura de cinco anos. Sem dificuldades – afinal, os sistemas de ensino eram idênticos em boa parte – eu termino a licenciatura cá, portanto, faço o quarto e o quinto ano. No quinto ano entrei como monitor do Professor Alexandre Lobato¹⁴⁰ – que tinha sido meu professor em Moçambique, onde

me tinha dado uma das notas mais altas que ele deu – em Expansão Atlântica que é, digamos assim, uma segunda área ligada, que eu via sempre do lado africano da questão. Aliás, aquilo que até hoje me interessa muitíssimo. E, já no final do meu quarto ano, comecei a trabalhar com um grupo de alunos – que, na Faculdade, incluía o Amílcar Guerra, na altura a acabar a licenciatura de Clássicas – que trabalhava com o Professor João de Castro Nunes, no Departamento de Clássicas, que era um núcleo ligado à Arqueologia e que tinha um projecto à volta da Lomba do Canho, em Arganil, quer para a parte do romano, quer para a parte da necrópole megalítica, que foi a que me calhou na mão. E, comecei a trabalhar na Beira Alta pela mão do Professor João de Castro Nunes. É claro que um *curriculum* com publicações, com correspondência trocada com algumas das figuras mais interessantes da arqueologia africana da altura, o Louis Leakey¹⁴¹, o Desmond Clark¹⁴², o Revil Mason¹⁴³ de Witwatersrand, o Phillip Tobias¹⁴⁴ – o homem do *Zinjanthropus*¹⁴⁵ – quando, no fim da minha licenciatura há um concurso para assistentes para Pré-história. Ninguém tinha, de facto, na altura, um *curriculum* que se assemelhasse e eu entrei naturalmente. Entrei, digamos, a trabalhar com o Professor Castro Nunes que, na altura, vem tomar conta de algo que estava ao abandono, que era o Instituto de Arqueologia, onde estavam todos os assistentes desta casa ligados à Arqueologia: o casal Maia¹⁴⁶, a Manuela

¹³⁸ Gaspar Soares de Carvalho (1920-2016) – Professor Catedrático jubilado (de Sedimentologia e Geomorfologia) da Universidade do Minho, licenciado e doutorado pela Universidade de Coimbra, foi pioneiro em Portugal e no estrangeiro (nos anos 40 do século XX) nos estudos de Sedimentologia, uma disciplina então nascente.

¹³⁹ Fernando dos Reis Ganhão (1937-2008) – com educação superior em Lisboa, Paris e Varsóvia, foi Professor de História de Moçambique no Instituto da Frelimo em Dar-es-Salaam. Desde 1974 até à data da sua morte, foi Reitor da Universidade de Lourenço Marques, actualmente Universidade Eduardo Mondlane.

¹⁴⁰ Alexandre Marques Lobato (1915-1985) – Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, lecionou, entre 1974 e 1977, em Moçambique e, depois de 1977, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa a cadeira de “História da Expansão Portuguesa no Mundo”.

¹⁴¹ Louis Seymour Bazett Leakey (1903-1972) – Paleontólogo e arqueólogo queniano, cujos trabalhos centrados na Garganta de Olduvai foram importantes para a arqueologia mundial no campo da evolução humana.

¹⁴² John Desmond Clark (1916-2002) – Arqueólogo britânico, cujos trabalhos no Lago Tanganyika foram importantes para a arqueologia mundial.

¹⁴³ Revil John Mason (n. 1929) – Professor na Universidade de Witwatersrand (África do Sul). Escavou inúmeros locais de caçadores-recolectores e primeiros pastores em Gauteng e nos arredores, incluindo os Melville Koppies, Linksfield Ridge, Bruma, Kruger Cave, Sterkfontein e a Cave of Hearths.

¹⁴⁴ Phillip Vallentine Tobias (1925-2012) – Paleontólogo sul-africano, Professor Emérito da Universidade de Witwatersrand. Foi responsável por uma melhor compreensão da evolução humana, bem como pelas descobertas nas grutas de Sterkfontein, pelo que recebeu por três vezes a indicação ao prémio Nobel.

¹⁴⁵ Nome de *Australopithecus* robusto descoberto em 1959 nos desfiladeiros de Olduvai na Tanzânia por Mary Leakey e classificado como dentro da espécie *Paranthropus boisei*.

¹⁴⁶ Manuel Maria da Fonseca Andrade Maia (n. 1945); Maria Adelaide de Figueiredo Garcia Pereira Andrade Maia (1947-2011) – investigadora com trabalhos reconhecidos sobre a Proto-História e a Arqueologia Romana em Portugal, licenciou-se em História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foi também conservadora do Museu Nacional de Arqueologia, e docente na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.

Coelho, o Cláudio Torres, o Luís de Matos, o José Morais Arnaud¹⁴⁷... toda essa gente e que tinha como contraponto uma linha de acção do Centro de História, o CAALG, que depois viria a dar a UNIARQ, da Direcção do Professor Victor Gonçalves e que, portanto, desde o princípio, nasce como um projecto pessoal do Professor Victor Gonçalves. É dentro dessa lógica que levo, com uma outra colega que na altura trabalhou comigo uma das colecções do Professor Castro Nunes, duas comunicações ao Congresso do Algarve, aquele que nunca teve actas publicadas, já sobre o Megalitismo da Beira Alta. Numa das mesas redondas do Congresso envolvo-me numa enorme discussão a propósito do Calcolítico, e por causa de uma questão que hoje é de *lana caprina*, porque toda a gente “deu a volta”, porque fui, da parte da Arqueologia praticamente a única pessoa que defendeu a ideia de que os metais tinham muito pouca incidência, diríamos nós hoje “tecnómica”, porque, pela quantidade e pela qualidade dos cobres, não eram concorrenciais com as ferramentas líticas, quer talhadas, quer polidas. A única pessoa que me sustenta na altura é um assistente de química do Professor Bragança Gil¹⁴⁸, com quem eu tinha também já começado a ver se era possível fazer algumas análises de elementos metálicos, que foi o fundador e o primeiro director do novo Museu da Politécnica e que era na altura o Director do Centro de Física Nuclear da Universidade de Lisboa. A minha entrada na Arqueologia é por aqui, com as escavações, depois, da Lomba do Canho, dos Moinhos de Vento e do Monumento 3. Depois São Pedro Dias e, depois, o resto das coisas que foram dar à minha tese de doutoramento. A meio desse processo... portanto... eu entrei em 79-80... penso que foi em 80-81, o Professor Victor Gonçalves convida-me para entrar na UNIARQ. Não tenho a data exacta mas isso deve estar na documentação...

¹⁴⁷ José Eduardo Morais Arnaud (n. 1946) – Licenciou-se em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e aí desempenhou as funções de Assistente. Depois de uma especialização na Universidade de Cambridge, regressou a Portugal onde, no IPPC e no IPPAR, foi responsável pela elaboração dos primeiros cadernos de encargos e pela coordenação das equipas que elaboraram os primeiros estudos de impacto arqueológico desenvolvidos por essas entidades. Actualmente, é Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

¹⁴⁸ Fernando Bragança Gil (1927-2009) – Licenciado em Ciências Físico-Químicas na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa em 1952, doutora-se em Paris em 1961. Foi Director do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa desde a sua fundação até 2003.

AP: *A data que tenho é 83, pelo menos oficial, nos documentos que consultei, inícios dos anos 80... fiquemos por aí. E já tinha o Projecto PEABMAM na altura?*

JSM: Sim, estávamos a lançar o Projecto. Esse projecto estava a começar a ser preparado. Ele foi oficialmente lançado em 85, já na altura em que o Carlos e o Amílcar estavam cá na Faculdade, como assistentes.

AP: *Mas ainda sendo assistentes da Universidade Nova. Eles entram para o Centro em meados dos anos 80 ainda sendo assistentes da Universidade Nova. Pelo menos o Professor Carlos Fabião só em 1990 é que se torna assistente daqui da Faculdade de Letras.*

JSM: O Amílcar foi antes.

AP: *O Professor Amílcar Guerra, provavelmente, terá sido antes. É convidado a integrar a Unidade de Arqueologia?*

JSM: Exacto. E, justamente com o projecto de doutoramento que tinha e, “vamos”!

AP: *E começou, portanto.*

JSM: E aí fiquei até 1990.

AP: *E nesse período, o financiamento provinha de onde? (Não estaria integrado numa linha de acção... como era a integração?). O financiamento, vinha do INIC? De onde vinha o financiamento para os seus projectos?*

JSM: Ora... praticamente toda a minha investigação de projecto foi feita com financiamento e apoio dos municípios onde eu trabalhava. Quase 100%. Digo quase 100%, porque tive uma pequena bolsa do Centro, que me permitiu, já na fase final do doutoramento, passar um mês em Salamanca com o Professor Jordá Cerdá¹⁴⁹, que foi quase um co-orientador de tese e que, sobretudo, me apoiou e, portanto, eu estive a fazer pesquisa bibliográfica, a ler coisas, a escrever e a pôr ideias em dia e, sobretudo, a consultar bibliografia que não existia cá de maneira nenhuma, que era difícil. Na altura, é preciso pensar que não havia internet, não havia *pdfs*, não havia essas coisas.

¹⁴⁹ Francisco Jordá Cerdá (1914-2004) – Licenciado em Madrid e Valência em 1936, foi Director do Museu Arqueológico Municipal de Cartagena. Em 1955 doutorou-se na Universidade Complutense de Madrid e, sete anos depois, torna-se catedrático da Universidade de Salamanca.

AP: Parece um passado muito distante, mas não é assim tanto...

JSM: Não é não... foi ontem.

AP: De qualquer forma, esteve pouco tempo ligado ao, na altura Centro de História, porque depois em 88...

JSM: Não é 88... é 90.

AP: 90, então. Depois é "afastado", ou "sai" do Centro de História. E o projecto, como ficou o projecto do Alto Mondego? Continuou a funcionar?

JSM: Transitou para o Instituto de Arqueologia e veio a integrar pouco depois, também, o Instituto de História Regional e Local Alexandre Herculano¹⁵⁰, na Direcção do meu colega e amigo Pedro Barbosa.¹⁵¹

AP: E como é que era a relação, na altura, entre o Instituto de Arqueologia e a Unidade de Arqueologia do Centro de História? Colaboravam?

JSM: Eram complicadas. Digamos que, do ponto de vista da actividade, estavam de costas viradas um para o outro completamente. Toda a fase final da Direcção do Professor Castro Nunes, que dura até ao doutoramento do Professor Victor Gonçalves, que vai substituí-lo – pelo menos "de nome" – à frente do Instituto é marcada por uma série de conflitos de razões muito variadas na origem, que vão desde a incapacidade de produzir qualquer coisa em termos de tese de doutoramento, até situações discutíveis de apresentação e de defesa de tese de doutoramento, foram sistematicamente afastando todos os outros docentes da área de Arqueologia Antiga da casa. É uma altura em que o Cláudio Torres e o Zé Arnaud não fazem a tese de doutoramento e saem, em que há o chumbo do Dr. Manuel Maia, que vai arrastar a saída dele e a saída da mulher por simpatia. Há o termo do contrato, também porque não faz tese, da Dra. Manuela Coelho, e acabar por haver a reforma do Luís de Matos... acaba por não fazer o doutoramento... escapei eu, dessa "leva". As razões efectivas de saída não foram todas as

mesmas mas, digamos que, como movimento isto é o fazer quase *clean slate* da Arqueologia na Faculdade.

AP: No entanto, em paralelo, há uma série de pequenas evidências que, dentro do Centro de História, a Arqueologia continuava a ganhar ainda mais peso. Em 89-90, "Centro de Arqueologia e História" torna-se a nova denominação, o Professor Victor Gonçalves Secretário desse Centro, até à cisão. Todo esse período de crescendo até à cisão, estando de fora na altura mas estando aqui na "casa", como é que acompanhou, como viu, o que é que lhe chegou da razão dessa separação?

JSM: O fim do processo do meu doutoramento, posterior num ano e pouco ao do Professor Victor Gonçalves, vai conduzir a que haja, na Comissão Científica do Departamento, que na altura era um órgão colegial de doutorados, que juntava todos, duas posições de arqueologia, nem sempre coincidentes, mas que estavam condenadas a entender-se em termos de funcionamento efectivo da Licenciatura, da Faculdade, da criação de um Mestrado e... todas as coisas. O facto é que há uma fase – e essa fase vai até finais da década de 90 – em que todos praticamente todos os júris – acho que só não o do Amílcar Guerra, porque era muito específico, de epigrafia – na arqueologia, quer de mestrado, quer de doutoramento... é "correr" a lista... estamos sempre o Professor Victor Gonçalves e eu. E as coisas acabam por ter que ser sempre concertadas em termo disso. Do ponto de vista da investigação, a colaboração é zero entre as instituições. Digamos que o Instituto de Arqueologia é, um pouco, para cima e para o lado, o "pôr na prateleira" uma presença incómoda.

AP: Mas, já nesta altura, o Presidente, ou Director do Instituto era o Professor Victor Gonçalves?

JSM: Sim. É a altura em que primeiro eu volto à Comissão Pedagógica do Departamento e, já na parte final da década, vou a Presidente do Conselho Pedagógico de Escola, durante três mandatos. Portanto, digamos que há aqui um equilíbrio de poderes na Faculdade com uma composição complicada na Comissão Científica, que vai desanuviando com a saída sucessiva dos três professores que tinham sido saneados desta casa e depois reintegrados, e que termina com a saída do Professor Veríssimo Serrão em 95, altura em que eu meti a minha nomeação definitiva... coincidiu. Do ponto de vista da investigação, é até 2000 a fase plena

¹⁵⁰ Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo Alexandre Herculano

¹⁵¹ Pedro Gomes Barbosa – Professor Associado com Agregação aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, foi director do Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo Alexandre Herculano e subdirector do Instituto de Estudos Árabe-Islâmicos, entre outras actividades. As suas principais áreas de estudo são a História Medieval, História Militar e Segurança e Defesa.

do PEABMAM, que ele depois hiberna, para renascer agora em 2015. A investigação é feita completamente à revelia do que se passa no Centro. Tem o “chapéu-de-chuva” institucional que se chama Instituto, mas é apenas isso, um “chapéu-de-chuva” institucional... E, toda a parte do suporte logístico, etc., é providenciado por apoios autárquicos, que continuam a ser negociados e são o suporte disto tudo.

AP: *Ainda assim, não me respondeu a uma questão... Como é que viu, então, essa separação, no Centro de Arqueologia e História, entre a Arqueologia e a História? Como viu, o que é que lhe chegou de razões? Eventualmente, a Arqueologia já tinha uma importância tão grande dentro do Centro de História, que não havia outra solução?*

JSM: A minha leitura, e que é apenas uma leitura pessoal – não tenho documentação, não tenho evidência probatória, é uma observação, uma intuição de como se passam as coisas, não passa disto – é que não era suportável para o Professor Veríssimo Serrão, para o Professor Borges de Macedo e ainda para o Professor Borges Nunes ter à frente do Centro um recém-doutorado gerindo simultaneamente a Arqueologia e a História. É preciso dizer, e isso hoje é uma verdade de La Palice e que representa uma imagem da casa, que nós sempre dissemos que a Arqueologia é apenas uma maneira especial de fazer História. Essa ideia justifica um pouco essa dinâmica, mas a própria dimensão que a UNIARCH tinha tomado não tornava fácil uma inversão de situação. E, portanto, acaba-se por um *gentlemen's agreement*, fecha-se o acesso interno, abre-se nova porta de comunicação e continua de outra maneira.

AP: *Ao nível dos espaços também.*

JSM: As coisas passam-se desse modo. A minha leitura é essa. O desencadear da coisa, porque a situação torna-se insustentável face aos três “pesos pesados” da Comissão Científica, a que se juntavam, conjuntamente, os restantes doutorados do Centro de História (que já eram alguns...). É preciso dizer que essa tentativa de independentização vai passar por uma tentativa de separar departamentalmente a Arqueologia e a História, que falha, porque ainda eramos só dois doutorados. Eu disse claramente que não saía e ficaria com a História – está em acta de Comissão Científica,

é questão de ir procurar, está por aí – o que liquidou a hipótese de saída, não havia massa crítica para sair e teria sido um erro de todo o tamanho, daqueles erros crassos, enormes. Contudo, digamos que, a partir daí todo o discurso volta à origem e dá o discurso actual, que é bem conhecido e que, de facto, reflecte a maneira de ser, de estar, de funcionar dos vários colaboradores do Centro. Pouco a pouco isto tornou-se uma perspectiva epistemológica comum a um leque alargadíssimo de investigadores, em que as novas gerações perceberam a “bondade” desta posição e isso tornou-se banal – até dizê-lo e escrevê-lo em tese. Mas é uma circunstância complicada... O final do século XX é, do meu ponto de vista pessoal, um momento de relativa folga, que é o momento em que eu vou a Professor Associado, naquele malfadado concurso que foi mal gerido de todas as maneiras e feitios mas, enfim... há defeitos estruturais que nos escapam ao controlo.

Entrevista presencial em 27 de Novembro de 2019, no “Pombal” da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa



Carlos Jorge Gonçalves Soares Fabião (n. 1959)

Licenciado em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, foi aí assistente até 1990, altura em que se torna Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde se doutora, em 1999. Hoje é Professor Associado da mesma Faculdade e dirige o Centro de Arqueologia desde 2016.

André Pereira (AP): *Queria colocar-lhe algumas questões acerca da origem do Centro de Arqueologia, ainda como Unidade integrada no Centro de História, desde a sua junção à equipa de Arqueologia do Centro de História, até à separação entre os dois Centros. Em meados dos anos 80, o Prof. Carlos Fabião é convidado a integrar...*

Carlos Fabião (CF): 1986. E, se bem recorde, nessa altura, chamava-se ainda, Centro de História das Universidades de Lisboa, plural, e era uma instituição integrada no INIC – Instituto Nacional de Investigação Científica. Eu era assistente estagiário ainda na Universidade Nova e pedi, nessa altura, autorização para ingressar no Centro, que, na instituição Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova me foi concedida, na medida em que não havia outros Centros de História, só havia o tal Centro de História das Universidades de Lisboa... penso que ainda se chamava assim em 86.

AP: *Creio que já não. Creio que terá sido por volta de inícios dos anos 80 que foi alterado... É convidado juntamente com o Professor Amílcar Guerra, ou há algum desfasamento na entrada?*

CF: Não sei se não há algum desfasamento temporal entre um e outro... não faço ideia, não me recorde.

AP: *E iniciam por essa altura o projecto das Mesas do Castelinho, ou já o traziam convosco?*

CF: Não, o projecto das Mesas do Castelinho começa mais tarde. Nessa altura nós estávamos a trabalhar no Cabeço do Crasto de São Romão, em Seia. O Projecto Mesas do Castelinho começou só em 88.

AP: *Portanto, Cabeço do Crasto de São Romão com o Professor João Carlos Senna-Martínez?*

CF: Sim.

AP: *Que ambiente é que encontraram quando de facto entraram no Centro e se juntaram à equipa do Centro, que noção tiveram da estrutura da Arqueologia?*

CF: Bom, era uma estrutura, digamos, muito informal, em que as pessoas estavam, umas mais outras menos... era sobretudo uma estrutura muito informal, em que acho que nem sequer tinha bem a noção de quem era ou não era formalmente membro do Centro de História nessa altura.

AP: *Em 88 inicia-se assim o projecto das Mesas do Castelinho. Como é que conseguiram financiar esse projecto? Com verba do INIC através do Centro de História, com verba própria?*

CF: A História do Projecto das Mesas do Castelinho, essa está contada naquele artigo que publicámos aqui há um par de anos na *Al-madan*¹⁵². A História do Projecto Mesas do Castelinho surge de um convite directo do que era então o IPPC, o Instituto Português do Património Cultural, para que nos ocupássemos do sítio. O sítio tinha tido uma grande destruição em 86, tinha tido uma intervenção “de emergência”, digamos assim, em 87, que teve um grande impacto mediático à época. Só havia dois canais de televisão e saiu uma reportagem sobre a destruição do sítio num telejornal de domingo no canal 1, que era o *super prime time da* altura, e houve a intervenção feita então pelo IPPC, pelo Carlos Jorge Ferreira¹⁵³, que já morreu, e ficou, digamos, em *stand-by*. E foi a Câmara, na altura, o Município, que perguntou insistentemente ao que era o IPPC “Então agora e qual é a continuação? O que é que vai acontecer a seguir?”... Porque o processo teve inclusivamente uma ordem de expropriação do terreno por parte do

¹⁵² Fabião – Guerra 2008.

¹⁵³ Carlos Jorge Alves Ferreira (m. 1992) – Técnico do Departamento de Arqueologia do IPPC.

Estado. Portanto, havia ali efectivamente um problema, digamos assim. É nesse contexto que o António Carlos Silva¹⁵⁴, que era na altura o Director do Departamento de Arqueologia do IPPC, nos convidou a tomarmos conta dessa situação. Como digo, isso está tudo contado no artigo. Na altura nós pusemos como condição “sim senhor, nós fazemos a parte da escavação”, da parte da investigação, digamos assim, “e o IPPC encarrega-se das questões relacionadas com conservação e restauro do sítio, divulgação, essas coisas todas”... Mas depois, em termos práticos...

AP: *Mas acabava então por ser um projecto um pouco à margem da Unidade de Arqueologia, na altura...*

CF: Sim, é uma coisa completamente independente.

AP: *Obviamente, com dois investigadores do core da Unidade de Arqueologia, mas o projecto não tinha qual-quer...*

CF: Era uma coisa completamente independente. Aliás, na altura, de um modo geral, as intervenções arqueológicas não tinham propriamente uma vinculação institucional, era tudo muito “personalizado”, digamos assim... eram “as pessoas”... de tal forma que, no fundo, nós começamos o Projecto Mesas do Castelhinho estando na Universidade Nova, quer eu quer o Amílcar Guerra, porque eu só transitei para a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1990, portanto, o Projecto Mesas do Castelhinho nessa altura já tinha dois anos... dois anos de vida, digamos assim. E como as coisas eram, como digo, muito personalizadas, no fundo, o projecto transita connosco.

AP: *Chegamos então aos anos 90 e deduzo que, entrando para a Faculdade de Letras, ganha mais aproximação ao mundo da Unidade de Arqueologia, no Centro que se passou a denominar “Centro de Arqueologia e História”, com a importância crescente da Arqueologia dentro do Centro de História. Sentiu mais aproximação ao Centro nessa altura, como novos projectos, etc.?*

CF: Sim, em termos físicos, sim.

AP: *Com novos projectos, eventualmente?*

CF: Não, na prática continuámos com o Projecto das Mesas do Castelhinho, que já trazíamos.

AP: *E mesmo nessa altura, os apoios do Projecto eram os mesmos?*

CF: Sim. O Projecto das Mesas do Castelhinho, e uma vez mais isso também está documentado, arrancou com o apoio do IPPC, na altura muito bem apoiado, diga-se de passagem, pelos padrões da época, mas nós quisemos sempre vincular o projecto à autarquia, uma vez que havia um interesse concreto da autarquia, também. E a autarquia – Câmara Municipal e Freguesia – foram sempre duas instituições fundamentais em todo o processo. E, nesses primeiros anos, nós utilizámos inclusivamente algum financiamento dos programas de apoio aos projectos regionais no âmbito da União Europeia. O paradoxo é que nós só pudemos utilizar esse veículo de financiamento enquanto o sítio não estava classificado e integrado no que era então o IPPC, porque esse financiamento, dos programas LEADER¹⁵⁵, se faziam justamente às iniciativas locais e não estava contemplado nestas iniciativas locais um financiamento à administração central. E, portanto, a partir do momento em que o sítio foi classificado, e avançou o processo de expropriação, e tudo o mais, o sítio passou a estar vinculado à administração central e fora do perímetro dos programas LEADER. Foi nessa altura que nós fizemos o contacto com a Somincor, a empresa de Minas de Neves Corvo, que começou a financiar, também de uma forma muito generosa para os padrões da época, o projecto. O Projecto depois só ganhou força em termos de administração central com o governo de António Guterres¹⁵⁶. Nos últimos tempos do “cavaquismo” aquilo correu bastante mal, e creio que é a partir de 95 que aquilo ganha o fulgor

¹⁵⁴ António Carlos Silva – licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, foi funcionário do IPPC/IPPAR. Actualmente aposentado, foi arqueólogo da Direcção Regional de Cultura do Alentejo.

¹⁵⁵ Programa LEADER – Criado em 1991 pela Comissão Europeia a Iniciativa Comunitária LEADER (Ligação entre Acções de Desenvolvimento e Economia Rural), introduziu em Portugal uma nova prática nas iniciativas de desenvolvimento rural. A concepção e implementação, ao nível de micro regiões rurais, de planos de desenvolvimento alicerçados na parceria dos actores públicos e privados, envolvendo uma estratégia de integração dos diversos sectores e de diversificação das actividades produtivas, foi uma aposta conseguida no panorama europeu e, designadamente, em Portugal, onde o sucesso e a inovação da intervenção do LEADER foi unanimemente reconhecido.

¹⁵⁶ António Manuel de Oliveira Guterres (n. 1949) – Secretário-Geral do Partido Socialista Português entre 1992 e 2002, foi Primeiro-Ministro de Portugal entre 1995 e 2002. É actualmente o 9.º Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.

justamente, e há que dizê-lo, com a direcção do Luís Calado¹⁵⁷ no IPPAR porque, o sítio, como estava classificado, nunca esteve na órbita do IPA¹⁵⁸, Instituto Português de Arqueologia, esteve sempre na órbita do IPPAR. Como podes calcular, nós conversámos, ao longo dos anos, com muitos presidentes de IPPC, IPPAR, etc. e o Luís Calado, para mim, é uma referência fundamental naquela época, paralelamente ao IPA. Foi o primeiro director do Instituto propriamente dito que visitou o sítio.

AP: *Isso diz muito... Recuando um pouco em relação a essa época, acompanhou a separação entre o Centro de História e o Centro de Arqueologia? Que razões estiveram na base dessa separação?*

CF: Acompanhei a separação. A separação correspondeu, no fundo, àquilo que podemos chamar o processo normal de crescimento da Arqueologia enquanto área científica e área de formação no contexto da Faculdade de Letras. Em termos históricos a Arqueologia acaba por ser, numa primeira fase, uma área de Pré-especialização (penso que assim se chamava), que depois se transforma numa Variante dentro do curso de História, e só depois é que ganhou a autonomia como Licenciatura em Arqueologia e História. A separação acompanhou um pouco este processo de crescimento da autonomia da Arqueologia e é mais ou menos paralelo também, denota, com o processo que segue a História da Arte, nessa mesma altura, não consubstanciado num Centro – a separação dos Docentes de História da Arte relativamente ao Centro de História é uma coisa bastante mais recente. Mas existia depois uma outra coisa, que também existia na área de Arqueologia, que era o Instituto. Existia um Instituto de Arqueologia e existia um Instituto de História da Arte. O Instituto de Arqueologia, formalmente, é uma instituição da Faculdade de Letras, enquanto o Centro de História era uma espécie de coisa exterior por causa da sua conexão com o INIC.

AP: *Era um centro do INIC.*

CF: Penso que, do ponto de vista jurídico, não é exactamente isso, mas tem uma gestão própria, uma gestão autónoma. Estava sediado aqui, por isso é que houve essa fase em que era “das Universidades”, antes de existirem os centros da Nova.

AP: *Não sei se quer acrescentar alguma informação relativa a este período...*

CF: Houve uma situação que seguiu um bocado esse processo de autonomização mas que depois não chegou a ser concretizada, já neste século, século XXI, que foi a ideia da constituição de um Departamento de Arqueologia. Essa proposta foi mesmo feita formalmente, a separação da área de Arqueologia em departamento próprio, que chegou a ir a votos e foi chumbada no âmbito da Comissão Científica do Departamento de História.

Entrevista presencial em 26 de Novembro de 2019, na Sala Fernão Lopes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

¹⁵⁷ Luís Fernando Ferreira Calado – Presidente do Instituto Português do Património Arquitectónico entre 1995 e 2003.

¹⁵⁸ Instituto Português de Arqueologia (IPA) – entidade criada em 1997, tutelada pelo Ministério da Cultura, tinha como objectivo definir toda a política de gestão do Património Arqueológico e regular e promover toda a actividade arqueológica em Portugal. Foi extinto em 2006, fundido com o IPPAR, dando origem ao IGESPAR.

AVALIADORES OPHIUSSA (2018-2020)

Adolfo Fernández Fernández
Ahmed Mcharek
Albert Ribera i Lacomba
Álvaro Gómez Peña
Amílcar Guerra
Ana Cristina Martins
Ana Delgado Hervás
Ana Margarida Arruda
Ana Maria Niveau de Villedary y Mariñas
António Faustino Carvalho
António Carlos Valera
Carlos P. Odriozola
Carlos Pereira
Cátia Mourão
Catarina Costeira
Catarina Viegas
Corina Liesau
Elisa Garcia Prosper
Elisa Guerra Doce
Enrique García Vargas
Ernst Pernicka
Esther Rodríguez González
Francisco B. Gomes
Francisco J. Núñez
F. Germán Rodríguez Martín
Javier Jiménez Ávila
Javier Mangado Llach
Jesús Acero Pérez
João Pedro Bernardes
João Senna-Martinez
João Luís Cardoso
Joaquina Soares
José Carlos Quaresma
José Clemente Martin de la Cruz
José Ruivo
Juan Antonio Cámara Serrano
Leonardo García Sanjuán
Luís Araújo
Luís Raposo
Macarena Bustamante
Maria João Valente
Maria José de Almeida
Mariano Torres Ortiz
Mário Jorge Barroca
Marta Moreno García
Mounir Fantar
Patrícia Matos
Raquel Vilaça
Ricardo Costeira da Silva
Roberto Risch
Rodrigo Banha da Silva
Rui Gomes Coelho
Rui Martiniano
Rui Morais
Sergio Escribano Ruiz
Sérgio Gomes
Simon Davis
Tomás Cordero Ruiz
Victor S. Gonçalves

POLÍTICA EDITORIAL

A *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa foi iniciada sob a direcção de Victor S. Gonçalves em 1996, tendo sido editado o volume 0. O volume 1 (2017) é uma edição impressa e digital da UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

O principal objectivo desta revista é a publicação e divulgação de trabalhos com manifesto interesse, qualidade e rigor científico sobre temas de Pré-História e Arqueologia, sobretudo do território europeu e da bacia do Mediterrâneo.

A *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa publicará um volume anual. A partir de 2018, os artigos submetidos serão sujeitos a um processo de avaliação por parte de revisores externos (peer review). O período de submissão de trabalhos decorrerá sempre no primeiro trimestre e a edição ocorrerá no último trimestre de cada ano.

A revista divide-se em duas secções: artigos científicos e recensões bibliográficas. Excepcionalmente poderão ser aceites textos de carácter introdutório, no âmbito de homenagens ou divulgações específicas, que não serão submetidos à avaliação por pares. Isentas desta avaliação estão também as recensões bibliográficas.

Todas as submissões serão avaliadas, em primeira instância, pela Coordenação Editorial, no que respeita ao seu conteúdo formal e à sua adequação face à política editorial e às normas de edição da revista. Os trabalhos que cumprirem estes requisitos serão posteriormente submetidos a um processo de avaliação por pares cega / *blind peer review* (mínimo de dois revisores). O Conselho Científico, constituído pela direcção da UNIARQ e por investigadores externos, acompanhará o processo de edição.

Esta etapa será concretizada por investigadores externos qualificados, sendo os respectivos pareceres entregues num período não superior a três meses. Os revisores procederão à avaliação de forma objectiva, tendo em vista a qualidade do conteúdo da revista; as suas críticas, sugestões e comentários serão, na medida do possível, construtivos, respeitando as capacidades intelectuais do(s) autor(es). Após a recepção dos pareceres, o(s) autor(es) tem um prazo máximo de um mês para proceder às alterações oportunas e reenviar o trabalho.

A aceitação ou recusa de artigos terá como únicos factores de ponderação a sua originalidade e qualidade científica. O processo de revisão é confidencial, estando assegurado o anonimato dos avaliadores e dos autores dos trabalhos, neste último caso até à data da sua publicação.

Os trabalhos só serão aceites para publicação a partir do momento em que se conclua o processo da revisão por pares. Os textos que não forem aceites serão devolvidos aos seus autores. O conteúdo dos trabalhos é da inteira respon-

sabilidade do(s) autor(es) e não expressa a posição ou opinião do Conselho Científico ou da Coordenação Editorial. A Revista *Ophiussa* segue as orientações estabelecidas pelo *Committee on Publication Ethics* (COPE, Comité de Ética em Publicações): <https://publicationethics.org/>.

O processo editorial decorrerá de forma objectiva, imparcial e anónima. Erros ou problemas detetados após a publicação serão investigados e, se comprovados, haverá lugar à publicação de correções, retratações e/ou respostas. As colaborações submetidas para publicação devem ser inéditas. As propostas de artigo não podem incluir qualquer problema de falsificação ou de plágio. Para efeito de detecção de plágio será utilizada a plataforma URKUNDU (<https://www.arkund.com/pt-br/>).

As ilustrações que não sejam do(s) autor(es) devem indicar a sua procedência. O Conselho Científico e a Coordenação Editorial assumem que os autores solicitaram e receberam autorização para a reprodução dessas ilustrações, e, como tal, rejeitam a responsabilidade do uso não autorizado das ilustrações e das consequências legais por infracção de direitos de propriedade intelectual.

É assumido que todos os Autores fizeram uma contribuição relevante para a pesquisa reportada e concordam com o manuscrito submetido. Os Autores devem declarar de forma clara eventuais conflitos de interesse. As colaborações submetidas que, direta ou indiretamente, tiveram o apoio económico de terceiros, devem claramente declarar essas fontes de financiamento.

Os textos propostos para publicação devem ser inéditos e não deverão ter sido submetidos a qualquer outra revista ou edição electrónica. Aceitam-se trabalhos redigidos em português, inglês, espanhol, italiano e francês.

Esta edição disponibiliza de imediato e gratuitamente a totalidade dos seus conteúdos, em acesso aberto, de forma a promover, globalmente, a circulação e intercâmbio dos resultados da investigação científica e do conhecimento.

A publicação de textos na *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa não implica o pagamento de qualquer taxa nem dá direito a qualquer remuneração económica.

Esta publicação dispõe de uma versão impressa, a preto e branco, com uma tiragem limitada, que será distribuída gratuitamente pelas bibliotecas e instituições mais relevantes internacionalmente, e intercambiada com publicações periódicas da mesma especialidade, que serão integradas na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Conta, paralelamente, com uma versão digital, a cores, disponibilizada no endereço www.ophiussa.letras.ulisboa.pt, onde se pode consultar a totalidade da edição.

Para mais informações: ophiussa@letras.ulisboa.pt

EDITORIAL POLICY

Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa started in 1996, with the edition of volume 0. From 2017, this journal is a printed and digital edition of UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

The main objective of this journal is the publication and dissemination of papers of interest, quality and scientific rigor concerning Prehistory and Archeology, mostly from Europe and the Mediterranean basin.

Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa will publish an annual volume. From 2018, submitted articles will be subject to a peer-review evaluation process. The submission period will always occur in the first quarter of each year and the edition will occur in the last quarter.

The journal is divided into two sections: scientific articles and bibliographic reviews. Exceptionally, texts of an introductory nature may be accepted, in the context of specific tributes or divulgations, which will not be submitted to peer-review evaluation. Exemptions from this evaluation are also the bibliographic reviews.

All submissions will be considered, in the first instance, by the Editorial Board, regarding its formal content and adequacy in face of the editorial policy and the journal's editing standards. Papers that meet these requirements will subsequently be submitted to a blind peerreview process (minimum of two reviewers). The Scientific Council, constituted by the directors of UNIARQ and external researchers, will follow the editing process.

This stage will be carried out by qualified external researchers, and their feedback will be delivered within a period of no more than two months. The reviewers will carry out the evaluation in an objective manner, in view of the quality and content of the journal; their criticisms, suggestions and comments will be, as far as possible, constructive, respecting the intellectual abilities of the author(s). After receiving the feedback, the author(s) has a maximum period of one month to make the necessary changes and resubmit the work.

Acceptance or refusal of articles will have as sole factors of consideration their originality and scientific quality. The review process is confidential, with the anonymity of the evaluators and authors of the works being ensured, in the latter case up to the date of its publication.

Papers will only be accepted for publication as soon as the peer review process is completed. Texts that are not accepted will be returned to their authors. The content of the works is entirely the responsibility of the author(s) and does not express the position or opinion of the Scientific Council or Editorial Board. The Journal *Ophiussa* follows the guidelines established by the Committee on Publication Ethics (COPE, the Ethics Committee Publications): <https://publicationethics.org/>

The editorial process will be conducted objectively, impartially and anonymously. Errors or problems detected after publication will be investigated and, if proven, corrections, retractions and / or responses will be published. Contributions submitted for publication must be unpublished. Article submissions can not include any problem of forgery or plagiarism. In order to detect plagiarism, the URKUNDU platform will be used.

Illustrations that are not from the author(s) must indicate their origin. The Scientific Council and Editorial Board assume that the authors have requested and received permission to reproduce these illustrations and, as such, reject the responsibility for the unauthorized use of the illustrations and legal consequences for infringement of intellectual property rights.

It is assumed that all Authors have made a relevant contribution to the reported research and agree with the manuscript submitted. Authors must clearly state any conflicts of interest. Collaborations submitted that directly or indirectly had the financial support of third parties must clearly state these sources of funding.

Texts proposed for publication must be unpublished and should not have been submitted to any other journal or electronic edition. Works written in Portuguese, English, Spanish, Italian and French are accepted.

The publication of texts in *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa does not imply the payment of any fee nor does it entitle to any economic remuneration.

This edition immediately and freely provides all of its content, in open access, in order to promote global circulation and exchange of scientific research and knowledge. This publication has a limited printed edition in black and white, which will be distributed free of charge by the most relevant international libraries and institutions, and exchanged with periodicals of the same specialty, which will be integrated in the Library of Faculdade de Letras of Universidade de Lisboa. It also has a digital version, in color, available at address <http://ophiussa.letras.ulisboa.pt>, where one can consult the entire edition.

For more information contact: ophiussa@letras.ulisboa.pt

ÍNDICE

The megalithic clusters of Deserto and Barrocal das Freiras (Montemor-o-Novo, Middle Alentejo) in the building of the sacred landscapes of ancient peasant societies of the 4 th and 3 rd millennia BCE VICTOR S. GONÇALVES, MARCO ANTÓNIO ANDRADE	05
<i>From aDNA to Archaeology: Genética da transição Calcolítico-Idade do Bronze no Sul de Portugal</i> ANA CATARINA BASÍLIO	31
Foundry in the Late Bronze Age Baiões/Santa Luzia Cultural Group: some reflections starting from a new metallic mould for unifacial palstaves JOÃO CARLOS SENNA-MARTINEZ, PEDRO VALÉRIO, MARIA HELENA CASIMIRO, LUÍS M. FERREIRA, MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO, HORÁCIO PEIXOTO	51
O conjunto vítreo da necrópole da I Idade do Ferro da Fonte Velha de Bensafrim (Lagos) FRANCISCO B. GOMES	71
Espacios de almacenamiento y producción de la Turdetania. Una reflexión más allá de los hornos VIOLETA MORENO MEGÍAS	117
Os três sarcófagos etruscos da coleção de Sir Francis Cook no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas (Sintra) MARTA RIBEIRO, NUNO SIMÕES RODRIGUES	143
Nuevos datos para el conocimiento del <i>suburbium</i> del <i>Municipum Florentinum Iliberritanum</i> (Granada): las recientes intervenciones en el solar de Mondragones ÁNGEL RODRÍGUEZ AGUILERA, MACARENA BUSTAMANTE-ÁLVAREZ, JULIA RODRÍGUEZ AGUILERA, CARMEN JÓDAR HÓDAR, JOSÉ M. GARCÍA-CONSUEGRA FLORES	163
Mapear a bibliografia. Abordagem metodológica para a gestão de dados bibliográficos NATÁLIA BOTICA, SÍLVIA MACIEL, REBECA BLANCO-ROTEA	187
Recensões bibliográficas (TEXTOS: JORGE DEL REGUERO GONZÁLEZ, LUIS MIGUEL CARRANZA PECO, MARTA BERMÚDEZ CORDERO, ÁLVARO GÓMEZ PEÑA, ANDRÉ TEXUGO)	197
Da CAALG à UNIARQ: a génese do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa no quadro do sistema científico de meados dos anos 70 a meados dos anos 90 do século XX ANDRÉ PEREIRA	216
Avaliadores <i>Ophiussa</i> (2018-2020)	246
Política editorial	247